

Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Dezembro de 2014

Índice Geral	Pág.
Relatório dos Auditores Independentes	02
Demonstrativos Contábeis	05
Notas Explicativas da Administração	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal - CAIXA
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA e sua controlada (“CAIXA” ou “Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAIXA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Relatório dos Auditores Independentes

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB*.

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 4(c), às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2014, a CAIXA (individual e consolidado) possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 25.060 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 11.328 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 2.968 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 16.700 milhões, em 31 de dezembro de 2014, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 13 às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2014, a CAIXA possui R\$ 20.696 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, registrados com base em estimativa de realização da administração, fundamentada em estudo elaborado periodicamente. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada em conjunto Banco Panamericano S.A. possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 2.847 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em 31 de dezembro de 2014, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 23 de abril de

2015 ERNST & YOUNG
Auditores Independentes
S.S. CRC-2SP015199/O-6-
F-SP

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172

Renata Zanotta Calçada

Balço Patrimonial Consolidado em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidades e reservas no Banco Central (Nota 3)	106.671.337	97.742.254
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 7)	102.603.574	102.547.827
Ativos financeiros mantidos para negociaço	101.697.936	98.741.794
Designados ao valor justo		3.545.716
Derivativos	905.638	260.317
Ativos financeiros disponveis para venda (Nota 8 (a))	16.409.277	17.935.264
Ativos financeiros mantidos at o vencimento (Nota 8 (b))	49.288.114	43.179.278
Emprstimos e recebveis	752.595.485	564.840.851
Com instituies financeiras (Nota 4 (a))	133.911.246	58.617.463
Com clientes (Nota 4 (b))	593.538.463	485.425.817
Outros emprstimos e recebveis (Nota 4 (c))	25.145.776	20.797.571
Ativos no correntes mantidos para venda (Nota 9)	1.477.004	962.229
Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (Nota 10)	4.084.756	3.116.921
Ativo Imobilizado (Nota 11)	3.754.040	3.026.322
Ativo Intangvel (Nota 12)	3.146.447	2.533.983
Ativo fiscal diferido (Nota 13)	20.696.129	16.481.628
Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos (Nota 14)	3.251.389	8.290.434
Outros ativos (Nota 15)	8.061.862	4.782.271
TOTAL	1.072.039.414	865.439.262

Balço Patrimonial Consolidado em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos	419.045.739	360.769.753
Depósitos de instituições financeiras (Nota 16 (a))	3.724.452	2.394.464
Depósitos de clientes (Nota 16 (b))	415.321.287	358.375.289
Recursos para destinação específica (Nota 17)	23.796.247	20.406.042
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	53.733	89.216
Empréstimos de títulos e obrigações compromissadas (Nota 5)	172.769.884	116.489.629
Instrumentos de dívida (Nota 18)	139.251.606	83.822.995
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 19)	182.881.637	161.554.112
Provisões	20.030.844	15.743.893
Provisões para fundos de pensão e obrigações similares (Nota 20)	14.455.041	9.707.668
Provisões para causas judiciais (Nota 21)	5.575.803	6.036.225
Passivo fiscal diferido (Nota 22)	1.079.065	1.295.104
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (Nota 18)	20.177.205	11.922.079
Outras obrigações (Nota 23)	35.058.512	32.881.564
Total do passivo	1.014.144.472	804.974.387
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 24 (a))	22.054.802	22.054.802
IHCD - elegível a capital (Nota 24 (b))	35.867.958	35.867.700
Reservas (Nota 24 (d))	7.271.371	4.902.563
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 24 (f))	(3.113.693)	23.069
Prejuízos Acumulados (Nota 24 (g))	(4.185.496)	(2.383.259)
Total do patrimônio líquido	57.894.942	60.464.875
TOTAL	1.072.039.414	865.439.262

Demonstração Consolidada do Resultado em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	IFRS	
	2014	2013
Receita com juros e similares (Nota 25)	105.915.318	75.891.132
Despesas com juros e similares (Nota 26)	(67.331.053)	(45.831.915)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	38.584.265	30.059.217
Receita líquida com taxas e comissões (Nota 27)	17.380.616	15.317.610
Ganhos/(perdas) com negociação de ativos e passivos financeiros (líquidos) (Nota 28 (a))	(2.788.670)	(535.555)
Ganhos/(perdas) com valor justo de ativos e passivos financeiros (líquidos) (Nota 28 (b))	1.706.646	(315.163)
Ganhos/(perdas) com operações de câmbio (líquidos) (Nota 29)	(1.029.957)	(448.754)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	700.024	363.601
Receita de Dividendos	77.643	62.451
Outras receitas operacionais (Nota 30)	6.686.361	5.317.572
TOTAL DE RECEITAS	61.316.928	49.820.979
Despesas administrativas	(28.792.190)	(25.555.316)
Despesas com pessoal (Nota 31)	(17.872.603)	(15.928.394)
Depreciação ativo imobilizado (Nota 11)	(825.651)	(602.866)
Amortização ativo intangível (Nota 12)	(648.601)	(558.957)
Outras despesas administrativas (Nota 32)	(9.445.335)	(8.465.099)
Despesas com provisões para causas judiciais (líquidas)	(908.405)	(1.124.193)
Perdas com ativos financeiros (líquidas) (Nota 33)	(10.926.670)	(8.715.164)
Empréstimos e recebíveis	(10.852.136)	(8.408.244)
Outros ativos financeiros não remunerados ao custo amortizado	(74.534)	(306.920)
Ganhos/(perdas) com outros ativos (líquidas)	32.424	(39.924)
Despesas tributárias (Nota 35 (c))	(2.899.286)	(2.413.643)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	(167.678)	116.077
Participação dos empregados no lucro	(1.194.811)	(1.063.306)
Outras despesas operacionais (Nota 34)	(11.455.847)	(8.366.305)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	5.004.465	2.659.205
Tributos correntes (Nota 35)	(704.138)	(896.763)
Tributos diferidos (Nota 35)	2.179.210	3.788.958
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.479.537	5.551.400

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DRA	2014	2013
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.479.537	5.551.400
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE:	(3.136.762)	719.777
Ganhos (perdas) realizados no resultado - líquido de efeitos tributários	(14.086)	(9.526)
- Ganhos (perdas) realizados no resultado	(23.477)	(15.876)
- Efeitos tributários	9.391	6.350
Ganhos (perdas) não realizados de aplicações financeiras disponíveis para venda - líquido de efeitos tributários	(963.482)	(57.159)
- Ganhos (perdas) não realizados de aplicações financeiras disponíveis para venda	(1.605.803)	(95.266)
- Efeitos tributários	642.321	38.106
Participação no resultado abrangente de Benefícios a empregados	(2.274.835)	876.229
Participação no resultado abrangente de empresas coligadas	115.641	(89.767)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3.342.775	6.271.177

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	Instrumento Elegível a Capital Principal	Reservas	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos	Total
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 2.20)	22.054.802		2.693.064	(696.708)	(878.682)	23.172.476
Lucro líquido do exercício					5.551.400	5.551.400
Resultado abrangente do exercício				719.777		719.777
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO				719.777	5.551.400	6.271.177
INSTRUMENTO ELEGÍVEL A CAPITAL PRINCIPAL		35.867.700				35.867.700
REVERSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS					(20.067)	(20.067)
RESERVA DE CAPITAL			167			167
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:						
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			336.169		(336.169)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)			526.699		(526.699)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)			1.346.464		(1.346.464)	
Juros sobre instrumentos de dívida elegível a capital					(728.815)	(728.815)
Dividendos propostos					(4.097.763)	(4.097.763)
Total de contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas		35.867.700	2.209.499		(7.055.977)	31.021.222
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	22.054.802	35.867.700	4.902.563	23.069	(2.383.259)	60.464.875
Lucro líquido do exercício					6.479.537	6.479.537
Resultado abrangente do exercício				(3.136.762)		(3.136.762)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO				(3.136.762)	6.479.537	3.342.775
INSTRUMENTO ELEGÍVEL A CAPITAL PRINCIPAL		258				258
AJUSTES DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS					22.410	22.410
RESERVA DE LUCROS - REVERSÃO			(1.441.901)			(1.441.901)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:						
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			319.830		(319.830)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)			704.654		(704.654)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)			2.388.118		(2.388.118)	
Remuneração sobre instrumentos de dívida elegível a capital a pagar					(1.502.529)	(1.502.529)
Remuneração sobre instrumentos de dívida elegível a capital a incorporar			398.107		(398.107)	
Dividendos propostos					(2.990.946)	(2.990.946)
Total de contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas		258	2.368.808	-	(8.281.774)	(5.912.708)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	22.054.802	35.867.958	7.271.371	(3.113.693)	(4.185.496)	57.894.942

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	17.235.636	16.877.645
Lucro Líquido	6.479.537	5.551.400
Ajustes ao Lucro Líquido:	10.756.099	11.326.245
Ganhos e perdas com valor justo de ativos e passivos financeiros	(1.706.646)	315.163
Ganhos na venda de imobilizado		(88.485)
Ganhos na venda de ativos não correntes mantidos para venda	(6.355)	(15)
Perdas com ativos financeiros	10.926.670	8.715.164
Depreciação e amortização	1.474.252	1.161.823
Despesas com provisões para causas judiciais	908.405	1.124.193
Provisões benefícios a empregados	838.586	885.420
Outras provisões de ativos	(32.424)	39.924
Tributos diferidos	(2.179.210)	(3.788.958)
Ganhos e perdas de equivalência patrimonial	(700.024)	(363.601)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	1.232.845	3.325.617
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	74.599.958	(47.337.900)
(Aumento)/Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.650.899	(23.931.172)
(Aumento)/Redução nas reservas no Banco Central	(7.156.612)	(13.989.014)
(Aumento)/Redução em empréstimos e recebíveis	(128.227.053)	(150.367.188)
(Aumento)/Redução em despesas antecipadas e adiantamentos concedidos	5.039.045	(1.510.909)
(Aumento)/Redução em ativos não correntes mantidos para venda	(514.775)	(291.363)
(Aumento)/Redução em ativo fiscal diferido	(2.035.291)	(91.001)
(Aumento)/Redução em outros ativos	(3.279.591)	(1.641.350)
Aumento/(Redução) em depósitos	58.275.986	40.989.787
Aumento/(Redução) em recursos para destinação específica	3.390.205	3.920.962
Aumento/(Redução) em Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(35.483)	88.533
Aumento/(Redução) em Instrumentos de dívida	63.953.420	34.551.144
Aumento/(Redução) em empréstimos de títulos e obrigações compromissadas	56.280.255	22.581.059
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	21.327.525	37.773.373
Aumento/(Redução) em provisões	2.539.960	(2.369.545)
Aumento/(Redução) em passivo fiscal diferido	(216.039)	399.911
Aumento/(Redução) em outras obrigações	3.607.507	6.548.873
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	91.835.594	(30.460.255)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.525.987	(632.511)
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	(6.108.836)	(213.847)
Alienação de ativos imobilizados	6.432	86.228
Aquisição de ativos imobilizados	(1.559.701)	(1.455.260)
Baixa do Intangível	295.083	14.946
Aquisição de ativos intangíveis	(1.556.148)	(997.409)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(7.397.183)	(3.197.853)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação/resgate de instrumento híbrido de capital e dívida		8.000.000
Dividendos complementares dos exercícios de 2012 e 2013	(1.441.901)	
Pagamento de dividendos	(4.493.474)	(4.826.578)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.935.375)	3.173.422
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	78.503.036	(30.484.686)
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA		
Caixa e Equivalentes no início do exercício	48.713.076	79.197.762
Caixa e Equivalentes no fim do exercício	127.216.112	48.713.076
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	78.503.036	(30.484.686)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional.....	12
Nota 2 – Principais práticas contábeis	13
Nota 3 – Disponibilidades e reservas no Banco Central.....	28
Nota 4 – Empréstimos e recebíveis	28
Nota 5 – Garantias dadas e recebidas em operações compromissadas	30
Nota 6 – Instrumentos financeiros derivativos	30
Nota 7 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	34
Nota 8 – Investimentos financeiros – Títulos e valores mobiliários	35
Nota 9 – Ativos não correntes mantidos para venda	36
Nota 10 – Participações em controladas e coligadas	36
Nota 11 – Imobilizado.....	38
Nota 12 – Intangível	39
Nota 13 – Ativo fiscal diferido.....	40
Nota 14 – Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos	41
Nota 15 – Outros ativos.....	41
Nota 16 – Depósitos	42
Nota 17 – Recursos para destinação específica.....	43
Nota 18 – Instrumentos de dívida e dívidas subordinadas	43
Nota 19 – Obrigações por empréstimos e repasses.....	44
Nota 20 – Benefícios a empregados	45
Nota 21 – Provisões para causas judiciais.....	56
Nota 22 – Passivo fiscal diferido	59
Nota 23 – Outras obrigações.....	60
Nota 24 – Patrimônio líquido	61
Nota 25 – Receitas com juros e similares	64
Nota 26 – Despesas com juros e similares	64
Nota 27 – Receita líquida com taxas e comissões	65
Nota 28 – Ganhos e perdas com a negociação e valor justo de ativos e passivos financeiros	66
Nota 29 – Ganhos e perdas com operações de câmbio.....	67
Nota 30 – Outras receitas operacionais	67
Nota 31 – Despesas com pessoal.....	68
Nota 32 – Outras despesas administrativas.....	68
Nota 33 – Perdas com ativos financeiros.....	68
Nota 34 – Outras despesas operacionais	70
Nota 35 – Impostos	70
Nota 36 – Gestão de riscos	72
Nota 37 – Análise de vencimento de ativos e passivos	92
Nota 38 – Partes relacionadas	101
Nota 39 – Outras informações	103

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal - Brasil. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio da Caixa Seguros Holding S/A, uma investida da subsidiária Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sênior e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social do País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Conforme Lei nº 11.908/2009, a fim de cumprir seu objeto social, a CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas para cumprir seu objeto social, por meio de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS da CAIXA são de responsabilidade da Administração e foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 07 de abril de 2015 e pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2015.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas a seguir:

2.1 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas são de responsabilidade da Administração da CAIXA e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), e interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC), ambas traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

2.2 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 incluem a CAIXA e sua subsidiária, CAIXAPAR, com a respectiva eliminação de todos os saldos e transações entre estas empresas quando da consolidação. As demonstrações financeiras da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas para o mesmo exercício social utilizando-se práticas contábeis consistentes.

O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o exercício é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação minoritária. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio histórica na data de cada transação e o resultado é convertido pela média da taxa de câmbio do período.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**(a) Data de reconhecimento**

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

(b) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e finalidade da sua aquisição e conforme suas características. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são reconhecidos ao valor justo por meio do resultado, nos quais o custo da transação é reconhecido no resultado do período.

(c) Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

São adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

(d) Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros são designados nessa categoria somente no seu reconhecimento inicial seja para eliminação ou redução de inconsistências contábeis ocasionadas pela mensuração de ativos e passivos e/ou reconhecimento de seus ganhos e perdas em bases divergentes, seja porque tais instrumentos são gerenciados e avaliados pelo seu valor justo. A CAIXA não designou nenhum ativo a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

(e) Ativos financeiros – disponíveis para venda

São instrumentos de dívida a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou mudanças na condição do mercado e que não se enquadram como empréstimos e recebíveis, ativos a valor justo por meio do resultado e nem como ativos mantidos até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Na liquidação do investimento, os ganhos ou perdas acumulados, previamente contabilizados no patrimônio líquido, são reconhecidos em resultado e os juros auferidos, enquanto mantidos como investimento financeiro disponível para venda, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como “receita com juros e similares” usando a taxa de juros efetiva (TJE).

Os dividendos auferidos, enquanto mantidos como investimento financeiro disponível para venda, são reconhecidos na demonstração do resultado quando o direito ao recebimento for estabelecido.

(f) Ativos financeiros – mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos que possuem pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo para os quais a CAIXA tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, acrescido dos custos de transação e posteriormente são mensurados ao custo amortizado utilizando-se a TJE, líquido das perdas com redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado considerando-se qualquer desconto ou prêmio na aquisição e as tarifas que integram a TJE. A amortização é incluída em “receita com juros e similares” na demonstração consolidada do resultado. As perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de tais investimentos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em “perdas com ativos financeiros (líquidas)”.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Empréstimos e recebíveis de clientes e de instituições financeiras

Valores a receber de instituições financeiras e empréstimos e adiantamentos a clientes incluem ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, exceto aqueles que a CAIXA:

- I pretende vender imediatamente ou no curto prazo e os designados na mensuração inicial como “ao valor justo por meio do resultado”;
- II designou, na mensuração inicial, como disponíveis para venda; ou
- III provavelmente não irá recuperar substancialmente o valor total do seu investimento, exceto por motivo de deterioração de crédito.

Os montantes em empréstimos e recebíveis são avaliados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, líquido da provisão para perdas com redução ao valor recuperável, utilizando-se a TJE.

O custo amortizado é calculado considerando quaisquer descontos ou prêmio na aquisição e outras taxas, bem como os custos integrantes da TJE.

A amortização é incluída em “receita com juros e similares” na demonstração consolidada do resultado.

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em “perdas com ativos financeiros (líquidas) – empréstimos e recebíveis”.

(h) Derivativos e hedge contábil

CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e futuros de câmbio em moeda estrangeira, detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- I Hedge de Valor Justo: Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- II Hedge de Fluxo de Caixa: A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.
- III Hedge de investimento líquido - as operações de hedge de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de hedge de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do instrumento de hedge relacionado com a parcela efetiva do hedge é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A CAIXA aplica a metodologia de hedge contábil e classifica os instrumentos financeiros derivativos na categoria hedge de valor justo. As variações no valor justo desses derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto ajusta o valor escriturado do item coberto em contrapartida ao resultado do período. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil, avaliado ao custo, de um item protegido por hedge é amortizado no resultado durante o período até o vencimento do instrumento financeiro. Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (b).

(i) Dívidas emitidas e outros fundos tomados

Instrumentos financeiros ou seus componentes emitidos pela CAIXA, não designados ao valor justo por meio do resultado, são classificados no passivo em “instrumentos de dívida” e estão divulgados na Nota 18.

Isso ocorre quando a CAIXA assume no acordo contratual, substancialmente, a obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro ao detentor ou de satisfazer uma obrigação que não a troca de um valor fixo de caixa ou outro ativo financeiro por uma quantidade fixa de ações patrimoniais.

Após a mensuração inicial, a dívida emitida e outros fundos tomados são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando-se a TJE. O custo amortizado é calculado considerando-se qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos que integram a TJE.

Um instrumento financeiro híbrido que contém componentes de dívida e patrimônio é separado na data de emissão. Uma porção da renda líquida do instrumento é alocada para o componente de dívida, na data de emissão, baseada no seu valor justo (que geralmente é determinado com base no preço de mercado de dívidas semelhantes). O componente patrimonial é designado ao valor residual após deduzir do valor justo do instrumento o valor separado e determinado para o componente de dívida.

2.5 Baixa de ativos e passivos financeiros**(a) Ativos financeiros**

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- I o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- II a CAIXA transferir o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assumir um contrato de repasse e transferir substancialmente todos os riscos e benefícios deste ativo; ou
- III a CAIXA não transferir ou reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a CAIXA transfere o direito de receber fluxo de caixa de um ativo ou assume um contrato de repasse e não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios, mas retém o controle do ativo, continua a reconhecê-lo na medida do seu envolvimento contínuo com o ativo transferido, reconhecendo um passivo relacionado. O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados com base a refletir os direitos e obrigações retidas pela CAIXA.

O contínuo envolvimento que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor valor entre o valor original contabilizado e o valor máximo de compensação que a CAIXA possa ser requerida a pagar.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Passivos financeiros

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença no valor contábil é reconhecida no resultado. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação correspondente é eliminada, cancelada ou vencida.

2.6 Empréstimos de títulos e operações compromissadas

Os títulos vendidos com contrato de recompra em uma data futura específica não são baixados do balanço patrimonial nos casos em que a CAIXA retém substancialmente todos os riscos e benefícios. O correspondente caixa recebido é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo com a obrigação de retorno, incluindo os juros apropriados como um passivo em “garantia em caixa de títulos emprestados e operações compromissadas”, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida da CAIXA.

A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como despesa de juros e é apropriada sobre a duração do contrato utilizando a TJE.

Inversamente, títulos adquiridos com acordo de revenda em uma data futura específica não são reconhecidos no balanço patrimonial. O montante pago, incluindo juros apropriados, é registrado no balanço patrimonial em “garantia em caixa de títulos emprestados e operações compromissadas”, refletindo a substância econômica da transação como um empréstimo da CAIXA.

A diferença entre o preço de compra e revenda é registrada em “receita com juros e similares” e é apropriada durante o prazo do contrato utilizando a TJE.

2.7 Determinação do valor justo

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

Para todos os outros instrumentos financeiros não negociados no mercado ativo, o valor justo é determinado utilizando método de valorização apropriado.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa a partir de dados observáveis como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A CAIXA avalia, na data do balanço, se há qualquer evidência de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está acima do valor recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado acima do valor recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda incorrido).

Evidência de redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

(a) Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado (valores a receber de bancos, empréstimos e investimentos mantidos até o vencimento), a CAIXA avalia se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável individualmente para ativos financeiros significativos, ou coletivamente, para os demais ativos financeiros.

Se a CAIXA determinar que essa evidência não existe para um ativo financeiro individualmente avaliado, este é incluído em um grupo de ativos financeiros com característica de risco de crédito semelhantes e, coletivamente, a entidade avalia o grupo por redução ao valor recuperável.

Os ativos avaliados individualmente, para os quais há reconhecimento de perda com redução ao valor recuperável, não são incluídos em uma avaliação coletiva de redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para selecionar os ativos analisados individualmente, a CAIXA considera a segmentação inicial prevista para Basileia II, a particularidade de cada tomador, a relevância dos valores e as premissas utilizadas nas avaliações de risco de crédito.

Na análise individual, os ativos serão avaliados para verificar se há perda por redução ao valor recuperável quando:

- I piorar o *rating* do tomador e/ou operação em função de reavaliação mais recente, comparando-se com o *rating* do tomador ou operação no momento da contratação;
- II houver sinalização de piora na situação do tomador, verificada pela área de risco;
- III estiverem em situação de atraso igual ou superior a 90 dias, conforme correlação com *rating*.

Os empréstimos avaliados pela análise coletiva têm a provisão estabelecida a partir da utilização da metodologia de perda média histórica da carteira de crédito, baseada na premissa de apuração de um ponto de corte que indica baixa probabilidade de diminuição do atraso ou de retorno à adimplência.

O valor contabilizado do ativo é reduzido por meio do uso de uma conta de provisão e o montante de perda é reconhecido no resultado.

Empréstimos e as correspondentes provisões são baixados quando não há probabilidade de recuperação.

Se, em um período subsequente, o montante estimado de perda com redução ao valor recuperável aumenta ou diminui devido a um evento posterior ao seu reconhecimento, o montante previamente reconhecido é aumentado ou diminuído pelo ajuste na conta de provisão.

Se uma baixa é posteriormente recuperada, o montante é creditado a “perdas com ativos financeiros (líquidas)”.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Para ativos financeiros disponíveis para venda, a CAIXA avalia se, em cada data do balanço, há evidência objetiva de que o investimento está abaixo do valor recuperável.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a CAIXA avalia individualmente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável baseada no mesmo critério dos ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Porém, o montante registrado como redução ao valor recuperável é a perda acumulada mensurada como diferença entre o custo amortizado e o valor justo atual, menos qualquer perda com redução ao valor recuperável naquele investimento previamente reconhecida no resultado.

Receita futura de juros é baseada no valor contabilizado reduzido e é apropriada utilizando-se a taxa de juros usada para descontar o fluxo de caixa futuro que serviu de base para mensurar a perda com redução ao valor recuperável. Os rendimentos com os juros desses investimentos são registrados como parte de “receita com juros e similares”.

Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida que teve perda com redução ao valor recuperável reconhecida no resultado aumentar e este aumento puder ser objetivamente relacionado com um evento de crédito ocorrido depois desse reconhecimento, esta perda é revertida através do próprio resultado.

Para os investimentos em instrumentos patrimoniais, a evidência objetiva também inclui uma “significativa” ou “prolongada” baixa no valor justo do investimento abaixo do seu custo.

Quando há evidência de redução ao valor recuperável, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda com redução ao valor recuperável do investimento previamente reconhecida no resultado) é revertida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado.

As perdas com redução ao valor recuperável em investimentos patrimoniais não são revertidas por meio do resultado e os aumentos no valor justo, após redução ao valor recuperável, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Empréstimos renegociados

Quando possível, a CAIXA procura reestruturar dívidas em vez de tomar posse da garantia. Isso pode envolver a extensão do prazo de pagamento e o acordo de novas condições ao empréstimo. Quando os prazos dos empréstimos são renegociados qualquer redução ao valor recuperável é mensurada utilizando a taxa efetiva original antes da modificação desses prazos.

A CAIXA revisa continuamente os empréstimos renegociados para garantir o cumprimento dos critérios e realização dos respectivos pagamentos.

Os empréstimos continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável, considerando-se o novo valor calculado, com base na taxa efetiva original do empréstimo.

2.9 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo valor líquido se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de compensar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10 Reconhecimento de receita e despesa

A CAIXA elabora suas demonstrações financeiras consolidadas segundo o regime de competência. Os critérios de reconhecimento específicos, a seguir, devem ser cumpridos antes que a receita ou a despesa sejam reconhecidas:

(a) Receita e despesa de juros

As receitas ou despesas de juros são registradas pelo uso da TJE para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros que arrecadam juros classificados como disponíveis para venda e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

A TJE é a taxa que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados, pela vida estimada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, em um período mais curto, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da TJE considera todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui quaisquer taxas ou custos incrementais diretamente atribuíveis ao instrumento e que integram a taxa efetiva, exceto as perdas esperadas de crédito.

O valor contábil dos ativos ou passivos financeiros é ajustado sempre que a CAIXA revisa suas estimativas de pagamento e recebimento e é calculado com base na taxa de juros original do contrato e o respectivo ajuste é registrado como “receitas com juros e similares”. No entanto, para um ativo financeiro reclassificado para o qual a CAIXA, subsequentemente, aumenta a sua estimativa de recebimento de caixa futuro, como resultado do aumento da probabilidade de recuperação do crédito, o efeito deste aumento é reconhecido como um ajuste na taxa efetiva desde a data da alteração da estimativa.

Quando houver redução no valor recuperável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros similares, a receita de juros passa a ser reconhecida utilizando-se a mesma taxa de juros usada para descontar os fluxos de caixa futuros relacionados com a mensuração da referida perda.

(b) Receita de taxas e comissões

A CAIXA auferе receitas de taxas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes, segregando-as nas seguintes categorias:

(i) Receita com taxas auferidas de serviços prestados em um determinado período

Apropriadas ao longo do mesmo período, essas taxas incluem receita de comissão e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento e assessoria.

Receitas com taxas de compromissos de empréstimos em que o crédito provavelmente será usado e outras taxas relacionadas ao crédito, bem como qualquer custo incremental, são diferidas e reconhecidas como ajustes à taxa efetiva do empréstimo.

Quando o uso do crédito de um compromisso de empréstimo não é provável, a receita com taxas de compromissos de empréstimos é reconhecida ao longo do prazo do compromisso pelo método linear.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Receita com taxas de serviços de transação prestados

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos, ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término das transações que geraram as taxas. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com performance específica são reconhecidas depois de se cumprir o critério específico.

(c) Receita de dividendos

Os recebimentos de dividendos relativos a participações em empresas coligadas e em empreendimentos com controle compartilhado são reconhecidos como receita quando aprovados nas respectivas assembleias de sócios e acionistas.

(d) Receita líquida de negociação

Resultados que surgem de atividade de negociação incluem todos os ganhos e perdas das variações no valor justo e a receita ou despesa de juros e dividendos de ativos e passivos financeiros “mantidos para negociação”.

(e) Programas de fidelidade

Créditos de prêmios relacionados ao programa de fidelidade são contabilizados como um componente separado e identificável da transação em que o crédito foi cedido. O valor justo da taxa ou anuidade recebida pela venda inicial é alocado entre os créditos do prêmio e os outros componentes da venda. A receita gerada pelos programas de fidelidade é reconhecida em “outras receitas operacionais”.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa incluem valores em espécie, saldos disponíveis em contas correntes e aplicações financeiras de alta liquidez.

Os valores em espécie estão apresentados em moeda corrente nacional, pelo seu valor de face, e em moedas estrangeiras, os quais são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações financeiras consolidadas.

As aplicações financeiras de alta liquidez consideradas como equivalentes de caixa são de baixa variação em seu valor justo e com vencimento em três meses ou menos.

2.12 Ativos não correntes mantidos para venda

São reconhecidos pelo menor dos valores entre o valor contábil e o valor líquido de venda mensurado na data em que forem classificados nessa categoria. Esses ativos não são depreciados enquanto permanecerem classificados nesta categoria, sendo o valor líquido de venda mensurado pelo valor justo menos o custo estimado para vendê-los.

Quando houver perda no valor recuperável de um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para ajustar ao seu valor justo (menos os custos de venda), esta é reconhecida em provisão para desvalorização de outros ativos.

2.13 Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciados pelo método linear sem valor residual.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de segurança	05 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados com estes ativos. A CAIXA avalia, na data-base das demonstrações financeiras consolidadas, se há qualquer indicação de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente (se esta for estimada novamente).

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os custos de serviços de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão-de-obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

2.14 Intangível

São ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos), sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

São reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis acumuladas.

Podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for imprevisível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, as vidas úteis remanescentes desses ativos são revisadas ao final de cada período contábil a fim de determinar se continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se o método linear.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A despesa de amortização do ativo intangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de folha de pagamento ¹	Até 5 anos

(1) Referem-se a valores pagos para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

O intangível “Aquisição de Folha de Pagamento” da CAIXA é amortizado durante a vigência dos respectivos contratos, sendo no máximo de 5 anos. A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração consolidada do resultado sob a rubrica “amortização ativo intangível”.

Em ambos os casos, as entidades consolidadas reconhecem qualquer perda no valor recuperável sobre o valor contábil desses ativos, a débito da rubrica “perdas com outros ativos (líquidas)”, na demonstração consolidada do resultado. Os critérios utilizados para reconhecer essas perdas e, conforme o caso, a reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores, são similares aos utilizados para os bens do ativo imobilizado.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

2.15 Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na IAS 19.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial. No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida. Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.16 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas e obrigações legais adota as seguintes premissas:

Provisões gerais - são reconhecidas quando a CAIXA tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e exista probabilidade provável de que um desembolso de recursos que incorpora benefícios econômicos seja requerido para liquidar a obrigação, desde que haja uma estimativa confiável do montante desta obrigação.

Ativos contingentes – surgem de eventos não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos. São avaliados periodicamente para garantir que seus efeitos sejam refletidos nas demonstrações contábeis. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo é reconhecido nas demonstrações do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a entidade apenas divulga o ativo contingente. Não há ativos contingentes reconhecidos como prováveis pela CAIXA.

Provisões para causas judiciais – são constituídas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA.

Passivos contingentes – causas judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada na demonstração consolidada do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.17 Tributos

(a) Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pagos para o ente tributante. As alíquotas de tributos e as leis tributárias usadas para calcular o montante dos tributos devidos são aquelas em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do balanço.

(b) Imposto diferido

É gerado por diferenças temporárias, na data do balanço, entre a base tributária de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na medida em que seja provável a geração de lucro tributável suficiente para realização das diferenças temporárias dedutíveis e utilização dos créditos e perdas tributários. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado a cada elaboração do balanço e baixado na medida em que não seja mais provável a geração de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização total ou parcial do ativo tributário diferido.

Ativos tributários diferidos baixados são reavaliados a cada elaboração do balanço e são reconhecidos na medida em que se torna provável que haja lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação dos ativos tributários diferidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são determinados usando-se alíquotas do tributo (e leis tributárias) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo ativo fiscal diferido for realizado ou quando o passivo fiscal diferido for liquidado. São apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo tributário corrente contra o passivo tributário corrente e os tributos diferidos forem relacionados à mesma entidade tributada e cobrados pela mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Dividendos do controlador

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo e deduzidos do patrimônio líquido.

Em caso de proposta de pagamento de dividendos que exceda o mínimo obrigatório, a parcela excedente será mantida no patrimônio líquido, na subconta “dividendos adicionais propostos”, até a aprovação pelo Ministro de Estado da Fazenda. Dividendos em datas interinas são deduzidos do patrimônio líquido quando declarados e não sujeitos à decisão futura da CAIXA. Dividendos do ano, aprovados depois da data de fechamento do balanço, são divulgados como um evento subsequente à data do balanço.

2.19 Julgamentos e estimativas contábeis significativas

No processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da CAIXA, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para calcular valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mais relevantes:

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

É o valor pelo qual os instrumentos financeiros podem ser comprados ou vendidos em uma operação corrente entre partes, cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento financeiro, a CAIXA calcula seu valor justo com base neste preço, utilizando a metodologia detalhada na Nota 36.

Quando não houver preço de mercado disponível para um ativo ou passivo financeiros, a CAIXA estima seu valor justo com base no preço estipulado em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro, como o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros.

Neste método, os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente usando-se as curvas de taxas de juros das moedas aplicáveis em mercado observáveis.

(b) Perdas com redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

A CAIXA revisa seus empréstimos e adiantamentos a cada data de encerramento de exercício social para avaliar se perdas com redução ao valor recuperável devem ser reconhecidas no resultado, por meio de análises individuais e coletivas, conforme detalhado no item 2.8.

Os empréstimos e adiantamentos individualmente relevantes são avaliados por meio de análise individual e as demais concessões de crédito são avaliadas coletivamente. A avaliação coletiva é usada para determinar se uma provisão deve ser constituída para eventos já ocorridos, cujos efeitos ainda não são conhecidos, referentes a empréstimos e adiantamentos que, individualmente, não foram considerados significativos. Os empréstimos e adiantamentos submetidos à análise coletiva são agrupados por características de riscos semelhantes, com base nos dados cotados da carteira de crédito como a qualidade do crédito, níveis de inadimplência e comportamento histórico da carteira.

A apuração das perdas com a redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis é divulgada com mais detalhes na Nota 33.

(c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

A CAIXA utiliza análise de recuperabilidade para os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento. Nesta área, a CAIXA aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros,

Para a apuração da perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda, a CAIXA avalia entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Tributos diferidos

A CAIXA reconhece passivos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e ativos fiscais diferidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável a geração de lucro tributável futuro relacionado com esses ativos fiscais diferidos.

Outros ativos fiscais diferidos, decorrentes de créditos e prejuízos fiscais a compensar, fundamentados na legislação tributária vigente, são reconhecidos apenas se for provável que a CAIXA terá lucro tributável futuro suficiente para sua utilização.

Estimativas e avaliações passíveis de julgamento são requeridas para determinar o montante de ativo fiscal diferido que deve ser reconhecido com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, tudo isso de forma coordenada com a gestão tributária empresarial.

Atualmente, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos fundamenta-se em estudos técnicos e projeções de resultados futuros.

(e) Obrigações com planos de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria do tipo benefício definido é determinado por meio de um método de valorização atuarial que usa pressupostos sobre as taxas de desconto, taxas esperadas de retorno dos ativos, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e futuros aumentos de pensão, conforme detalhado na Nota 20.

Devido à natureza de longo prazo desses planos, tais estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

(f) Vida útil de imobilizado e intangível

A CAIXA deprecia seu ativo imobilizado observando a vida útil econômica conforme especificado na Nota 2.13 e realiza testes para determinar o valor recuperável destes ativos.

Os intangíveis com vida útil finita são amortizados durante o referido período, enquanto os de vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a reavaliações anuais (testes de redução ao valor recuperável) ou sempre que houver qualquer indicativo de deterioração de seu valor.

(g) Provisão para causas judiciais

A provisão para causas judiciais é contabilizada somente para aqueles processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja avaliação realizada pelos assessores jurídicos considera como prováveis que eventuais decisões judiciais sejam desfavoráveis à CAIXA.

(h) Perdas com redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável por meio de projeção dos fluxos de caixa futuros descontados durante a vida estimada de cada ativo, mensurado ao valor presente, com base na taxa Selic projetada para o período e a taxa de retorno esperada.

2.20 Reapresentação de saldos comparativos

O valor de abertura da Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido de 31/12/2012 apresentado para fins de comparação foi ajustado e está sendo reapresentado em razão de mudanças de práticas contábeis conforme discriminação a seguir:

Mudança de prática contábil – Benefícios a empregados

Até 31 de dezembro de 2012, o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o “método do corredor”. A partir de 2013, foi aplicada a norma revisada do CPC 33 (R1), onde os eventuais ganhos/perdas atuariais passaram a ser reconhecidos, respectivamente, como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mudança de prática contábil – Contas encerradas por inconformidades cadastrais

Em novembro de 2013, a CAIXA recebeu ofício, emitido pelo BACEN, contendo orientação específica para tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais. O atendimento ao estipulado implicou a ocorrência de mudança da política contábil adotada pela CAIXA referente ao tratamento conferido ao saldo dessas contas.

Anteriormente ao recebimento do ofício, a CAIXA classificava o saldo oriundo das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais como passivos contingentes devido à remota possibilidade de desembolsos futuros desses valores, que dessa forma eram reconhecidos em resultado em contrapartida à baixa do passivo. Todavia, com o advento da orientação do regulador, os valores em questão passaram a ser reconhecidos em rubricas contábeis representativas de depósitos.

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a nova prática contábil foi aplicada de forma retrospectiva e os efeitos de sua alteração foram reconhecidos em contrapartida ao patrimônio líquido, sendo os saldos comparativos recompostos para fins de apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias.

Mudança de prática contábil – Financiamentos Habitacionais

Determinados financiamentos habitacionais em que a CAIXA recebe remuneração para viabilizá-los, não incluíam referida remuneração como receita incremental. No ano de 2013, a taxa de juros efetiva desses contratos foi revista, incluindo tal remuneração como receita incremental da operação, incorporando-se aos fluxos de caixa do financiamento e impactando a TJE do ativo.

Em atendimento aos procedimentos previstos na norma IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a alteração na TJE desses contratos foi aplicada de forma retrospectiva e os efeitos de sua alteração foram reconhecidos em contrapartida ao patrimônio líquido, sendo os saldos comparativos recompostos para fins informativos.

Os efeitos nas contas patrimoniais da aplicação do IAS 19, da mudança de prática contábil referente ao tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais e da mudança de prática contábil de determinados financiamentos habitacionais são demonstrados a seguir. Destaca-se que os impactos dos ajustes do IAS 19 na base de créditos tributários são imateriais.

Descrição	31/12/2012		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
Ativo			
Ativo fiscal diferido (1)	12.494.906	312.626	12.807.532
Total do Ativo	709.589.001		709.901.627
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo	677.857.773	8.871.378	686.729.151
Depósitos	319.040.894	739.072	319.779.966
Depósitos de clientes (2)	308.713.002	739.072	309.452.074
Recursos para destinação específica (3)	7.835.325	8.649.755	16.485.080
Provisões	15.519.608	584.217	16.103.825
Provisões p/ fundos de pensão e obrigações similares (4)	9.074.629	584.217	9.658.846
Outras obrigações (3)	27.229.839	(1.101.666)	26.128.173
Patrimônio líquido	31.731.228	(8.558.752)	23.172.476
Ajuste de avaliação patrimonial (4)	(112.491)	(584.217)	(696.708)
Lucros acumulados (5)	7.095.853	(7.974.535)	(878.682)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	709.589.001		709.901.627

- (1) Impostos a compensar e créditos tributários relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas.
- (2) Reconhecimento de passivos relativo à mudança de prática contábil das contas encerradas.
- (3) Reconhecimento de passivos e reversão de provisões relativas à mudança de prática dos financiamentos habitacionais.
- (4) Ajustes pela mudança de prática de benefícios a empregados.
- (5) Impactos relativos às mudanças de prática contábil das contas encerradas (líquidos dos efeitos tributários) e dos financiamentos habitacionais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.21 Novas normas, interpretações e alterações de normas existentes

Houve melhorias ao IFRS cujas alterações resultam em mudanças contábeis para fins de apresentação, reconhecimento ou mensuração. Essas alterações não afetaram significativamente as demonstrações financeiras consolidadas da CAIXA deste exercício.

(a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Alteração do IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014, com aplicação retrospectiva.

IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. Efetiva a partir de 1º de janeiro de 2014 e, sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Esta alteração permite a continuação de Hedge Accounting, mesmo que um derivativo seja novado (transferido) para uma Clearing, dentro de certas condições. Efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014.

Entidades para Investimentos – Alteração ao IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas - Introduz uma exceção ao princípio que todas as subsidiárias devem ser consolidadas. A alteração requer que a controladora que seja uma entidade de investimento mensure a valor justo pelo resultado seus investimentos em certas entidades, ao invés de consolidá-los. Posteriormente a emissão dessa norma, foi emitida alterações à IFRS 10, 12 e IAS 27 – Entidades para Investimentos

(b) Pronunciamentos contábeis emitidos em 2014 e aplicáveis em períodos futuros

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A CAIXA está avaliando o impacto total dessa norma.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Disponibilidades e reservas no Banco Central

(a) Disponibilidades e reservas no Banco Central

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	8.572.363	8.208.226
Disponibilidade em moeda estrangeira	4.670.613	3.272.181
Direitos junto a participantes do sistema de liquidação	83.229	73.327
Depósitos junto ao Banco Central (1)	93.345.132	86.188.520
Total	106.671.337	97.742.254

(1) Representam o saldo dos depósitos compulsórios mantidos no Banco Central. São calculados com base em percentual de depósitos recebidos de terceiros e considerados como recurso de uso restrito. Rendem atualização monetária com base em índices oficiais de juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	8.572.363	8.208.226
Disponibilidade em moeda estrangeira	4.670.613	3.272.181
Aplicações em operações compromissadas (1)	113.973.136	37.232.669
Total de caixa e equivalentes de caixa	127.216.112	48.713.076

(1) Operações com vencimento na data efetiva de aplicação igual ou inferior a 90 dias.

(c) Rendas de créditos vinculados ao BACEN

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Compulsório s/ caderneta de poupança	3.057.996	2.304.352
Compulsório s/ exigibilidade adicional	3.204.837	2.106.153
Compulsório s/ outros depósitos	1.045.363	641.759
Total	7.308.196	5.052.264

Nota 4 – Empréstimos e recebíveis

(a) Com instituições financeiras

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos interfinanceiros	6.533.817	7.671.672
Operações compromissadas	114.067.123	37.232.669
Direitos a receber de operação de cessão de crédito	684.730	2.422.528
Devedores por depósitos em garantia	12.625.576	11.290.594
Total	133.911.246	58.617.463

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Com clientes

Descrição	31/12/2014			31/12/2013
	Recebível	Provisão	Recebível Líquido de Provisão	Recebível Líquido de Provisão
Empréstimos e títulos descontados	151.821.725	(11.096.557)	140.725.168	128.072.064
Financiamentos	41.045.768	(3.975.101)	37.070.667	32.130.797
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.914.328	(52.005)	4.862.323	1.989.121
Financiamentos imobiliários	345.444.503	(1.555.992)	343.888.511	273.877.512
Financiamentos de infraestrutura	56.655.546	(724.337)	55.931.209	36.193.795
Outros ativos	11.596.984	(536.399)	11.060.585	13.162.528
Total	611.478.854	(17.940.391)	593.538.463	485.425.817

(c) Outros empréstimos e recebíveis

Inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
	Total Crédito	Total Crédito
FGTS a ressarcir	85.207	81.879
FCVS a receber	28.028.495	23.903.656
Não habilitados (1)	2.053.613	1.359.783
Habilitados e não homologados (2)	9.274.758	7.139.629
Habilitados e homologados (3)	16.700.124	15.404.244
Provisão FCVS a receber	(2.967.926)	(3.187.964)
Total (líquido de provisão) (4)	25.145.776	20.797.571

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

(4) Variação em 2014 representada essencialmente pelo recebimento de R\$ 3.068.077 de créditos FCVS, com deságio de R\$ 1.411.087 pela cessão de créditos com a EMGEA efetivada em setembro de 2014.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA possui um estoque de 7.975 contratos de financiamentos assinados até 05/12/90 com cláusula de cobertura do FCVS que se encontra com negativa de cobertura pelo Fundo, em razão da multiplicidade de financiamento apresentada no CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários, que totalizam R\$ 920.005.

Para estes casos, o posicionamento estabelecido pelo CCFCVS – Conselho Curador do FCVS é no sentido de que os mutuários descumpriram a legislação do SFH/FCVS, em especial na disposição contida inicialmente no § 1º do artigo 9º da Lei 4.380/64, vigente no momento da celebração dos financiamentos pelos Agentes Financeiros. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça - STJ, por meio do julgamento de Recurso Repetitivo (RESP 1.133.769/RN), cuja matéria apreciada envolve multiplicidade de financiamentos firmados no SFH, reconheceu a regularidade dos contratos habitacionais assinados até 05/12/90 para efeitos de cobertura do FCVS definindo, em sentença, a responsabilidade do Fundo sobre o saldo devedor remanescente.

Considerando que ficou assegurada judicialmente a quitação da dívida pelo FCVS, a CAIXA aguarda as providências necessárias pelo Fundo de forma a reconhecer a aplicação automática da jurisprudência para os contratos que se encontram com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamentos assinados até 05/12/90.

Nota 5 – Garantias dadas e recebidas em operações compromissadas

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Ativos	114.067.123	37.232.669
Operações ativas com instituições financeiras	114.067.123	37.232.669
Passivos	172.769.884	116.489.629
Carteira própria	76.689.005	83.730.605
Carteira de terceiros	96.080.879	32.759.024

(a) Garantias dadas

A contraparte terá a propriedade dos títulos dados em garantia caso a CAIXA não efetue a recompra na data contratada.

(b) Garantias recebidas

A CAIXA terá a propriedade dos títulos dados em garantia, caso a contraparte não efetue a recompra na data contratada.

Nota 6 – Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(a) Hedge Contábil

(a.1) Emissão Externa – Notas sêniores 1ª, 2ª e 4ª séries

No dia 05/11/2012, a CAIXA realizou a emissão externa de duas séries de títulos com vencimento em 2017 (1ª série – US\$ 1 bilhão) e 2022 (2ª série – US\$ 500 milhões), em dólares americanos e com pagamento de juros prefixados semestrais de 2,375% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente. No dia 06/05/2014 foi finalizada a emissão da 4ª série no montante de US\$ 1,3 bilhão e juros semestrais de 4,25%.

Adicionalmente, as remunerações semestrais incluem o pagamento de 15% sobre cada parcela de juros a título de tributos.

Das séries emitidas, o saldo integral da 1ª e 2ª séries e parte do saldo da 4ª série (US\$ 600 milhões) foram internalizados e protegidos com a realização de operações de swap.

Os recursos mantidos no país da emissão geram exposição ao risco de variação do cupom de dólar. Quando são internalizados é adicionado o risco da variação do câmbio, cuja proteção ocorre por meio de operações de swap formalizadas como hedge de valor justo conforme abaixo:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge de valor justo tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar das notas sêniores, objeto do hedge, conforme descrito:

- Variação cambial do cupom:
 - 1ª série, 2,375% a.a. sobre US\$ 1 bilhão ou US\$ 11,9 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2017;
 - 2ª série, 3,50% a.a. sobre US\$ 500 milhões ou US\$ 8,8 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2022;
 - 4ª série, 4,25% a.a. sobre US\$ 600 milhões ou US\$ 12,8 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2019.
- variação cambial do principal:
 - 1ª série, US\$ 1 bilhão, com vencimento em 2017;
 - 2ª série, US\$ 500 milhões, com vencimento em 2022;
 - 4ª série, US\$ 600 milhões, com vencimento em 2019.
- variação cambial do imposto devido de 15% sobre o cupom a pagar:
 - 1ª série, US\$ 2,1 milhões semestrais;
 - 2ª série, US\$ 1,5 milhões semestrais;
 - 4ª série, US\$ 2,25 milhões semestrais.

Valor justo do objeto do hedge		
Notas Sêniores	31/12/2014	31/12/2013
1ª Série	2.634.878	2.357.153
2ª Série	1.367.430	1.153.619
4ª Série	2.565.844	-
Total	6.568.152	3.510.772

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se manteve em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.2) Letras financeiras – Cupom IPCA

Desde agosto de 2013 a CAIXA realiza a captação de recursos por meio de emissão de Letras Financeiras indexadas ao IPCA, protegendo a variação do valor justo do passivo com a contratação de operações de Swap.

As operações foram formalmente classificadas como hedge contábil de valor justo e têm como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Valor justo do objeto do hedge		
Letra financeira	31/12/2014	31/12/2013
2017 ⁽¹⁾	100.727	-
2018 ⁽¹⁾	6.866	-
2019 ⁽¹⁾	10.948	-
2020 ⁽¹⁾	12.976	10.316
2021 ⁽¹⁾	11.543	-
2023	642.137	571.238
2024 ⁽¹⁾	226.451	-
Total	1.011.648	581.554

(1) Os títulos emitidos a partir de JAN/14 somam R\$ 326.460 mil se considerados os valores de emissão (em 31/12/2014 somam R\$ 358.067 mil em valor justo)

Por haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade do hedge manteve-se em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN n.º 3.082/2002.

(b) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	Conta de Compensação / Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado (Res. / PL)	Valor Patrimonial	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
Contratos de Futuros						
Compromissos de Compra	-	269.200	-	-	-	-
Cupom Cambial	-	269.200	-	-	-	-
Compromissos de Venda	99.146.777	93.353.595	-	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	99.066.737	93.043.712	-	-	-	-
Moeda Estrangeira	80.040	309.883	-	-	-	-
Contratos de Swaps						
Posição Ativa	8.715.390	5.787.185	981.280	(75.642)	905.638	260.317
Índices	898.571	572.165	12.591	(12.402)	189	-
Moeda Estrangeira	7.816.819	5.215.020	968.689	(63.240)	905.449	260.317
Posição Passiva	8.715.390	5.787.185	7.251	46.482	53.733	89.171
Índices	898.571	572.165	1.521	44.707	46.228	37.619
Moeda Estrangeira	7.816.819	5.215.020	5.730	1.775	7.505	51.552

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contra parte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Descrição	31/12/2014							31/12/2013
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Resultado/ Patrimônio Líquido)	Valor Patrimonial	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial
Posição Ativa:								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	981.280	(75.642)	905.638	48.956	54.979	80.074	721.629	260.317
BM&FBOVESPA	12.591	(12.402)	189	-	-	-	189	-
Inst. Financeiras	968.689	(63.240)	905.449	48.956	54.979	80.074	721.440	260.317
Posição Passiva:								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	7.251	46.482	53.733	92		7.775	45.866	89.171
BM&FBOVESPA	1.174	44.692	45.866	-	-	-	45.866	37.155
Empresas	347	15	362	-	-	362	-	464
Inst. Financeiras	5.730	1.775	7.505	92	-	7.413	-	51.552

(d) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2014	31/12/2013
Conta de Compensação / Valor Referencial						
Contratos Futuros	13.244.487	17.122.411	5.642.366	63.137.513	99.146.777	93.622.795
Contratos de Swaps	382.173	303.339	1.903.811	6.126.067	8.715.390	5.787.185

(e) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	1.119.722	691.443	143.000	175.396
Futuro	1.233.267	769.075	510.503	2.436.291
Total realizado	2.352.989	1.460.518	653.503	2.611.687

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Títulos públicos	5.437.864	4.288.756
Notas do Tesouro Nacional	2.543	5.039
Letras do Tesouro Nacional	5.428.684	4.280.627
Letras Financeiras do Tesouro	6.637	3.090

Nota 7 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Ativos financeiros mantidos para negociação	101.697.936	98.741.794
Títulos públicos – Brasil	100.665.175	98.698.946
Letras financeiras do tesouro	338.922	1.625.704
Letras do tesouro nacional	97.728.838	93.370.517
Notas do tesouro nacional	2.597.415	3.702.725
Títulos privados	1.032.761	42.848
Debêntures	1.011.387	14.578
Cotas de fundos	19.596	25.569
Certificados de recebíveis imobiliários	1.778	2.701
Ativos designados ao valor justo	-	3.545.716
Títulos públicos – Brasil	-	3.545.716
Letras financeiras do tesouro	-	3.545.716
Derivativos	905.638	260.317
Total	102.603.574	102.547.827

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Investimentos financeiros – Títulos e valores mobiliários

(a) Ativos financeiros disponíveis para venda

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Títulos públicos - Brasil	13.486	15.096
Notas do tesouro nacional	4.740	4.775
Títulos CVS	8.746	10.321
Títulos privados	16.393.248	17.918.022
Letras de crédito imobiliário	259.098	581.930
Letras financeiras	219.074	211.703
Ações	7.416.544	9.126.142
Debêntures	6.890.986	6.941.233
Cotas de fundos	744.072	406.954
Certificados de recebíveis imobiliários	863.473	650.060
Dados em garantia	2.543	2.146
Notas do tesouro nacional	2.543	2.146
Total	16.409.277	17.935.264

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Títulos públicos - Brasil	46.504.184	38.501.528
Letras do tesouro nacional	11.636.239	5.769.523
Notas do tesouro nacional	34.867.945	32.732.005
Títulos privados	143.528	396.179
Certificados de recebíveis imobiliários	143.528	396.179
Dados em garantia	2.640.402	4.281.571
Letras do tesouro nacional	2.640.402	4.281.571
Total	49.288.114	43.179.278

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Ativos não correntes mantidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como mantidos para venda quando é altamente provável que a venda ocorra em até um ano desta classificação.

Este grupo de ativos inclui, principalmente, imóveis adjudicados oriundos de financiamentos habitacionais, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA.

Descrição	Bens não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2012	670.866
Adições (alienações) líquidas	322.977
Provisão para desvalorização	(31.614)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	962.229
Adições (alienações) líquidas	605.366
Provisão para desvalorização	(90.591)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.477.004

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

Descrição	2014	2013
	Exercício	Exercício
Saldo inicial	(31.614)	(103.028)
Constituição	(95.274)	(24.193)
Baixas	36.297	95.607
Saldo final	(90.591)	(31.614)

Nota 10 – Participações em controladas e coligadas

A carteira de participações societárias do grupo CAIXA é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa ou possui controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos da CAIXAPAR apresentam indicadores financeiros e econômicos satisfatórios e não apresentam indicativos de perda no seu valor recuperável.

Carteira de participações societárias CAIXAPAR				
Descrição	Quantidade de ações		Participação	
	O.N.	P.N.	No capital votante %	No capital social %
Banco PAN	262.164.544	112.732.358	49,00	40,35
Branes	37.250.186	-	37,25	37,25
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.278.822	-	48,21	48,21
Capgemini	63.764.544	-	24,19	22,05
Cia. Brasileira de Securitização - CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	17.640.000	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial	
	31/12/2014	31/12/2013	Exercício 2014 (1)	Exercício 2013 (2)
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.437.271	2.082.025	739.346	638.262
Banco PAN	1.263.789	635.924	7.550	(250.742)
Capgemini	236.889	293.129	(29.411)	(18.950)
Elo Serviços	14.931	13.318	1.612	3.066
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.881	6.832	194	164
Caixa Seguros Participações - CSP	-	41.138	-	6.892
Crescer	-	2.841	(21.782)	(13.430)
Branes	1.841	1.897	(56)	(303)
BIAPE	619	788	(207)	-
TECBAN	58.976	-	3.795	-
PAN Corretora	24.500	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações	39.059	39.029	(1.017)	(1.358)
Total	4.084.756	3.116.921	700.024	363.601

(1) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 31/12/2014 das investidas da CAIXAPAR.

(2) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 30/11/2013 das investidas da CAIXAPAR.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Imobilizado de uso

O ativo imobilizado da CAIXA corresponde aos bens móveis e imóveis para uso próprio.

A CAIXA não possui ativos imobilizados mantidos como propriedades para investimento ou arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais, nem contrato de arrendamento financeiro, durante os exercícios fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

As despesas de depreciação foram contabilizadas em “depreciação ativo imobilizado” na demonstração consolidada de resultado.

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos imobilizados nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2014			31/12/2013		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Imóveis de uso	1.998.359	(533.562)	1.464.797	1.513.784	(339.962)	1.173.822
Edificações	1.736.983	(533.562)	1.203.421	1.257.089	(339.962)	917.127
Terrenos	261.376	-	261.376	256.695	-	256.695
Outras imobilizações de uso	6.709.767	(4.420.524)	2.289.243	5.667.684	(3.815.184)	1.852.500
Imobilizações em curso	32.401	-	32.401	41.927	-	41.927
Inst., móveis e equip. de uso	1.434.613	(762.772)	671.841	1.293.558	(664.612)	628.946
Sistema de comunicação	91.922	(74.215)	17.707	91.387	(70.177)	21.210
Sistema de proc.de dados	4.771.998	(3.321.961)	1.450.037	3.919.076	(2.856.838)	1.062.238
Sistema de transporte e segurança	378.833	(261.576)	117.257	321.736	(223.557)	98.179
Total	8.708.126	(4.954.086)	3.754.040	7.181.468	(4.155.146)	3.026.322

Movimentação do imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2013	Transferências	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2014
Imóveis de uso	1.173.822	12.548	500.663	(2.005)	(220.231)	1.464.797
Edificações	917.127	11.975	496.018	(1.468)	(220.231)	1.203.421
Terrenos	256.695	573	4.645	(537)	-	261.376
Outras imobilizações de uso	1.852.500	(12.548)	1.059.038	(4.327)	(605.420)	2.289.243
Imobilizações em curso	41.927	(12.548)	3.884	(862)	-	32.401
Inst., móveis e equip. de uso	628.946	(305)	142.733	(1.304)	(98.229)	671.841
Sistema de comunicação	21.210	-	534	-	(4.037)	17.707
Sistema de proc.de dados	1.062.238	305	854.626	(2.009)	(465.123)	1.450.037
Sistema de transporte e segurança	98.179	-	57.261	(152)	(38.031)	117.257
Total	3.026.322	-	1.559.701	(6.332)	(825.651)	3.754.040

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Intangível

Os ativos intangíveis estão representados por softwares de computadores adquiridos de terceiros (projetos logiciais – software) e por valores pagos para aquisição de carteiras de folha de pagamento que asseguram serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços e pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores público e privado.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

Os ativos intangíveis foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável por meio de projeção dos fluxos de caixa futuros descontados, durante a vida estimada de cada ativo, mensurado ao valor presente, com base na taxa Selic projetada para o período e a taxa de retorno esperada.

Os contratos que apresentaram indicativos de perda do valor recuperável foram provisionados e os que apresentaram recuperação do valor anteriormente provisionados foram ajustados apresentando, no montante, recuperação no valor provisionado em períodos anteriores.

Todos os ativos intangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas possuem vida útil definida.

Descrição	31/12/2014			31/12/2013		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.791.482	(825.011)	1.966.471	2.565.970	(909.854)	1.656.116
Outros ativos intangíveis	370.855	(45.987)	324.868	324.200	(29.715)	294.485
Projetos logiciais - Software	1.100.444	(245.336)	855.108	727.408	(144.026)	583.382
Total	4.262.781	(1.116.334)	3.146.447	3.617.578	(1.083.595)	2.533.983

Descrição	31/12/2013	31/12/2014			Líquido
	Líquido	Movimentação			
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	1.656.116	1.116.986	(295.083)	(511.548)	1.966.471
Outros ativos intangíveis	294.485	46.655	-	(16.272)	324.868
Projetos logiciais - Software	583.382	392.507	-	(120.781)	855.108
Total	2.533.983	1.556.148	(295.083)	(648.601)	3.146.447

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Ativo fiscal diferido

Descrição	31/12/2014				31/12/2013			
	IRPJ	CSLL	PASEP/COFINS	Total	IRPJ	CSLL	PASEP/COFINS	Total
Diferenças Temporárias:	10.344.447	6.174.718	75.715	16.594.880	8.649.245	5.148.483	91.346	13.889.074
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.235.686	3.172.155	-	8.407.841	4.207.188	2.548.021	-	6.755.209
Passivos Atuariais	1.420.024	852.015	-	2.272.039	1.209.280	725.568	-	1.934.848
Provisões Trabalhistas	709.202	425.521	-	1.134.723	771.683	463.010	-	1.234.693
Provisões Cíveis	703.304	421.982	-	1.125.286	678.728	407.237	-	1.085.965
Provisão para Perdas - FCVS a receber	481.141	288.685	-	769.826			-	
Ajustes em IFRS	539.812	323.887	-	863.699	453.373	272.024	-	725.397
Ajuste a Valor de Mercado de Títulos para Negociação	409.158	245.495	75.715	730.368	503.207	301.924	91.346	896.477
Provisão para Desvalorização de Bens Não de Uso	8.106	4.864	-	12.970	7.904	4.742	-	12.646
Provisões Fiscais	31.130	18.678	-	49.808	52.115	31.269	-	83.384
Outros(1)	806.884	421.436	-	1.228.320	765.767	394.688	-	1.160.455
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL:	1.556.090	123.941	-	1.680.031	1.837.590	402.906	-	2.240.496
Prejuízo Fiscal a Realizar	1.556.090	-	-	1.556.090	1.837.590	-	-	1.837.590
Base Negativa de CSLL a Realizar	-	-	-	-	-	158.346	-	158.346
Crédito de CSLL a 18% a Realizar	-	123.941	-	123.941	-	244.560	-	244.560
Total dos Créditos com Impacto no Resultado	11.900.537	6.298.659	75.715	18.274.911	10.486.835	5.551.389	91.346	16.129.570
Total dos Créditos com Impacto no Patrimônio Líquido	1.105.192	1.198.311	117.715	2.421.218	196.125	117.675	38.258	352.058
Ajuste a Valor de Mercado de Títulos	603.445	362.067	117.715	1.083.227	196.125	117.675	38.258	352.058
Perdas Atuariais CPC 33	501.747	836.244	-	1.337.991	-	-	-	-
Total dos Créditos Tributários	13.005.729	7.496.970	193.430	20.696.129	10.682.960	5.669.064	129.604	16.481.628
Total dos Créditos Não Constituídos	995.283	590.956	-	1.586.239	1.551.288	918.943	-	2.470.231

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Conciliação do ativo fiscal diferido

Descrição	Em 31/12/2013	Debitado (creditado) à Demonstração do Resultado	Debitado (creditado) diretamente ao Patrimônio	Em 31/12/2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.755.209	1.652.632	-	8.407.841
Outras provisões	6.237.385	1.219.289	-	7.456.674
Prejuízos fiscais	1.837.591	(281.501)	-	1.556.090
Base negativa - CSLL	402.907	(278.966)	-	123.941
Ajuste a valor de mercado	1.248.536	(479.908)	2.382.955	3.151.583
Total dos ativos	16.481.628	1.831.546	2.382.955	20.696.129

A CAIXA reconhece os ativos fiscais diferidos de acordo com a probabilidade de que venham a existir lucros tributáveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Tal definição fundamenta-se em estudo técnico elaborado periodicamente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros em período de tempo definido, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras.

Nota 14 – Despesas antecipadas e adiantamentos concedidos

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Dividendos antecipados	1.400.065	4.097.762
Pagamentos a ressarcir	310.825	3.170.495
Adiantamentos concedidos	442.528	465.297
Impostos a compensar	1.051.828	489.990
Outras despesas antecipadas	46.143	66.890
Total	3.251.389	8.290.434

Nota 15 – Outros ativos

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Administração de fundos e programas sociais	103.638	103.577
Valores a apropriar (1)	3.868.443	2.560.068
Seguros a receber	125.957	102.601
Relações de interdependência	561.883	593.239
Dividendos e bonificações em dinheiro a receber	193.288	160.864
Material em estoque	35.037	26.327
Câmbio	2.506.490	686.718
Valores a receber - FND	410.761	386.846
Outros	256.365	162.031
Total	8.061.862	4.782.271

(1) Valores correlacionados com registros credores de mesma natureza indicados na Nota 23 (a).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Depósitos

(a) Depósitos de instituições financeiras

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos à vista	60.575	40.902
Depósitos interfinanceiros	3.663.877	2.353.562
Total	3.724.452	2.394.464

(b) Depósitos de clientes

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos à vista – sem remuneração	26.953.389	25.130.068
Pessoas físicas	12.323.481	10.193.256
Pessoas jurídicas	11.550.896	11.822.109
Vinculados	1.842.482	1.791.248
Governo	918.168	1.055.105
Moedas estrangeiras	11.023	4.980
Entidades públicas	170.141	152.943
Outros	137.198	110.427
Depósitos de Poupança – remuneração pós fixada	236.836.068	209.573.848
Pessoas físicas	234.391.366	205.688.360
Pessoas jurídicas	2.442.270	3.882.990
Vinculados	2.432	2.498
Depósitos a prazo	143.055.443	113.516.246
Remuneração prefixada	66.772.385	50.245.198
Depósitos a prazo em moeda nacional	66.772.385	50.245.198
Remuneração pós-fixada	76.283.058	63.271.048
Depósitos a prazo em moeda nacional	22.826.262	18.942.280
Depósitos judiciais com remuneração	53.456.796	44.328.768
Depósitos especiais e de fundos e programas	8.476.387	10.155.127
Sem remuneração	263.759	243.494
Remuneração prefixada	494.003	452.372
Remuneração pós-fixada	7.718.625	9.459.261
Total	415.321.287	358.375.289

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Operações com loterias	1.483.765	1.310.495
Fundos e programas sociais	21.312.541	18.523.164
Fundos de financiamento e desenvolvimento	549.281	273.446
Recursos do FGTS para amortizações	450.660	298.937
Total	23.796.247	20.406.042

Nota 18 – Instrumentos de dívida e dívidas subordinadas

Instrumentos de Dívida	Indexador	31/12/2014	31/12/2013
Títulos de dívida subordinada		20.177.205	11.922.079
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS		18.554.433	11.922.079
Letra Financeira elegível – Nível II		244.051	-
TVM no exterior elegível – Nível II		1.378.721	-
Títulos de dívida não subordinada		139.251.606	83.822.995
Obrigações por TVM no exterior	-	10.777.850	6.332.173
Remuneração IHCD a pagar	-	1.502.529	-
Letra hipotecária	IGP-M	622.177	600.065
Letra hipotecária	INPC	13.522	12.723
Letra hipotecária	TR	1.842	9.913
Letra imobiliária	IGP-M	9.011	8.691
Letra imobiliária	CDI	86.641.772	51.031.388
Letra de crédito do agronegócio	CDI	1.807.449	2.424.251
Letra financeira	CDI	37.075.325	22.816.089
Letra financeira	IPCA	800.129	587.702
Total		159.428.811	95.745.074

Dívidas subordinadas elegíveis a capital**Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II**

Em 2014 a CAIXA contratou 10 Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II, sendo 02 dívidas subordinadas, 07 letras financeiras subordinadas e 01 Nota Subordinada no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes. O valor total captado passou a compor o capital da instituição, refletindo positivamente no PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

Em 2014, a CAIXA realizou captação de R\$ 228.900 em um total de 07 Letras Financeiras Subordinadas no mercado local para composição do Nível II do Patrimônio de Referência – PR. Todas as LFS foram consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota Subordinada – NS

A CAIXA concluiu com sucesso uma captação de US\$ 500.000 mil no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro, e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de “absorção de perdas” com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal menor do que 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) determinação pelo Banco Central de não viabilidade do banco.

Nota 19 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Repasses no país	177.431.597	158.322.179
FGTS	145.033.444	132.732.425
BNDES	29.705.446	23.631.046
Tesouro nacional – PIS	780.580	659.562
Outras instituições	1.912.127	1.299.146
Empréstimos no exterior	5.450.040	3.231.933
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	2.020.285	896.512
Demais linhas de crédito	3.429.755	2.335.421
Total de obrigações por empréstimos e repasses	182.881.637	161.554.112

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente por empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 2,052% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2016. Os demais recursos tomados no exterior referem-se a captação de linhas de crédito, sujeitos a taxa de juros de até 1,3853% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2015.

(c) Despesas com obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
FGTS	(9.790.907)	(7.437.294)
BNDES	(1.562.852)	(1.082.045)
Tesouro nacional – PIS	(49.895)	(42.169)
Empréstimos no exterior	(384.084)	(191.823)
Fundo marinha mercante	(219.845)	(168.844)
Outras instituições	(78.447)	(170.257)
Total	(12.086.030)	(9.092.432)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 20 – Benefícios a empregados**(a) Composição da provisão para benefícios a empregados**

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da Caixa.

Essas provisões são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Benefícios de curto prazo – natureza salarial" que apresenta o montante de R\$ 2.315.831 (31/12/2013 – R\$ 2.063.622) na demonstração consolidada. A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Provisão para benefícios a empregados		
Descrição	31/12/2014 (1)	31/12/2013 (2)
Benefícios de curto prazo	2.789.963	2.488.533
Natureza salarial	2.315.831	2.063.252
Participação dos empregados no lucro	474.132	425.281
Benefícios pós-emprego	11.665.078	7.218.765
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (c.1))	9.346.949	6.211.755
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (c.2))	861.147	751.678
PREVHAB (cálculo atuarial (c.3))	-	44.260
Planos de benefícios – Previdência Privada (cálculo atuarial (c.4))	1.456.982	211.072
Total	14.455.041	9.707.298

(1) 31/12/2014 - Cálculos atuariais apresentados neste período foram desenvolvidos pela Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.

(2) 31/12/2013 - Cálculos atuariais apresentados neste período foram desenvolvidos pela Gama Consultores Associados.

(b) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

(c) Benefícios pós-emprego:

A caixa é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH). A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

(c.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é um programa instituído e administrado pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional.

Benefício concedido aos titulares optantes, empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, a PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS e respectivos dependentes inscritos. O custeio do plano, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas, foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço. Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 9.346.949 (31/12/2013 - R\$ 6.211.755).

O PAMS é custeado com recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(c.2) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2014 a agosto de 2015 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 509,96 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2014 a agosto de 2015 é de R\$ 397,36 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 861.147 (31/12/2013 – R\$ 751.678).

(c.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a Caixa passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes das relações de trabalho dos empregados do referido banco.

Desta forma, a CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

(c.4) Plano de previdência – Previdência complementar**• REG/REPLAN**

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

O plano de benefícios REG/REPLAN, assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate. Para os participantes e assistidos que optaram pelo saldamento são previstos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual e pecúlio por morte.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **REB**

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2%. Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do Total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

O plano de benefícios REB, assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, renda antecipada, portabilidade, resgate e outros.

- **Novo Plano**

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do Total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de benefícios Novo Plano assegura aos participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, portabilidade, resgate e outros.

(d) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Quantidade de participantes dos planos						
Descrição	2014			2013		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde Caixa (Incluindo Dependentes)	98.190	49.789	147.979	95.243	49.015	144.258
Auxílio e cesta alimentação (Aposentados e Pensionistas)	-	14.421	14.421	-	12.279	12.279
EX-PREVIHAB (Aposentados e Pensionistas)	-	67	67	-	68	68
REG/REPLAN	28.532	34.913	63.445	28.872	34.775	63.647
REB	7.562	655	8.217	11.088	635	11.723
Novo Plano	88.465	3.856	92.321	83.359	3.634	86.993

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Avaliação atuarial dos planos de benefício

Em 2014, a empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela Caixa. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, EX-PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta-Alimentação e aos assistidos EX-PREVHAB.

(e.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em Outros Resultados Abrangentes.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios devem ser definidas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados. Abaixo são apresentadas as principais premissas adotadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios patrocinados pela Caixa:

Principais premissas adotadas - financeiras e demográficas												
Descrição	Saúde CAIXA (3)		Auxílio e Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Taxa de juros de desconto atuarial anual (1)	12,80	12,02	12,80	12,02	12,77	12,02	12,80	12,02	12,79	12,02	12,80	12,02
Projeção de aumento anual dos salários	-	-	-	-	-	-	8,71	8,74	10,99	8,74	8,92	8,74
Projeção de aumento anual dos benefícios	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9
Taxa de inflação média anual	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	12,77	12,02	12,80	12,02	12,79	12,02	12,80	12,02
Taxa de rotatividade (2)	Experiência FUNCEF	3,02	-	-	-	-	Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade ²	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F

- (1) O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período (6,19%), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
- (2) As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.
- (3) Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2015, 4,50% para 2016, 4,00% para 2017, 3,50% para 2018, 3,00% para 2019, 2,50% para 2020, 2,00% para 2021, 1,50% para 2022 e 1,00% a partir de 2023 inclusive.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.3) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípua é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
VPOA ¹ no início do exercício	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	(45.520)	(47.121)	(40.287.215)	(44.902.581)	(501.705)	(596.455)	(491.780)	(487.761)
Custo do serviço corrente	(400.434)	(352.180)	-	-	-	-	(3.648)	(30.577)	(1.303)	(2.186)	(37.648)	(44.032)
Custo de juros	(728.632)	(611.146)	(84.876)	(75.413)	(5.239)	(4.488)	(4.725.790)	(4.358.610)	(59.913)	(58.801)	(58.521)	(47.873)
Contribuições esperadas de participantes	-	-	-	-	-	-	(17.694)	-	(371)	-	(4.483)	-
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:												
Ajuste de experiência	(796.063)	-	(143.399)	-	(5.974)	(4.820)	(715.647)	(1.150.943)	304.633	25.011	(12.588)	(86.834)
Alterações premissas biométricas	(1.793.362)	(857.351)	(3.903)	(39.953)	174	-	(465.883)	161	(18.928)	(22.482)	(60.015)	(323)
Alterações premissas financeiras	296.766	1.641.837	30.321	122.340	2.744	7.255	2.464.947	8.314.934	16.458	147.001	73.704	165.684
Benefícios pagos pelo plano	286.531	284.121	92.388	86.152	3.871	3.655	1.948.985	1.840.401	6.573	6.207	9.912	9.360
VPOA¹ no final do exercício	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	(49.944)	(45.519)	(41.801.945)	(40.287.215)	(254.556)	(501.705)	(581.419)	(491.779)

 VPOA¹ - Valor Presente da Obrigação Atuarial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.4) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos:

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela Caixa. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
VJAP ¹ no início do exercício	-	-	-	-	45.520	42.019	41.054.967	45.650.669	299.895	426.035	271.445	285.803
Receitas de juros	-	-	-	-	5.239	3.982	4.820.209	4.434.400	35.702	41.947	32.574	28.278
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	-	-	-	-	3.056	3.173	(4.775.300)	(7.223.118)	(65.609)	(162.582)	(22.711)	(41.742)
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	21.303	16.708	17	351	3.635	4.233
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	-	-	-	17.694	16.708	371	351	4.483	4.233
Benefícios pagos pelo plano	-	-	-	-	(3.871)	(3.655)	(1.948.985)	(1.840.401)	(6.573)	(6.207)	(9.912)	(9.360)
VJAP¹ no final do exercício	-	-	-	-	49.944	45.519	39.189.888	41.054.966	263.803	299.895	279.514	271.445

VJAP¹ - Valor Justo dos ativos do plano

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.5) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
VPOA ¹ no final do período	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	(49.944)	(45.519)	(41.801.945)	(40.287.215)	(254.556)	(501.705)	(581.419)	(491.779)
VJAP ² no final do período	-	-	-	-	49.944	45.519	39.189.888	41.054.966	263.803	299.895	279.514	271.445
Superávit/(déficit) do plano	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	-	-	(2.612.057)	767.751	9.247	(100.905)	(301.905)	(110.167)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial ³	-	-	-	-	-	-	1.306.028	-	-	100.905	150.952	110.167
Efeito do teto do Ativo ⁴	-	-	-	-	-	-	-	(767.751)	(9.247)	-	-	-
Ativo/(passivo) líquido	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	-	-	(1.306.029)	-	-	(100.905)	(150.953)	(110.167)

VPOA¹ - Valor Presente da obrigação atuarial / VJAP² - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pelo Banco.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pelo Banco.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.6) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREHVAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	-	(5.102)	-	-	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-	21.303	16.708	17	351	3.635	4.233
Benefícios pagos diretamente pela empresa	286.531	284.121	92.388	86.153	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(1.129.065)	(963.326)	(84.876)	(75.413)	-	(505)	(3.648)	(15.288)	(13.408)	(10.613)	(50.622)	(24.022)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(2.292.660)	784.486	(116.981)	82.386	-	5.607	(1.323.684)	(1.420)	114.296	(5.433)	6.201	10.601
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	-	-	(1.306.029)	-	-	(100.905)	(150.953)	(110.167)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.7) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para exercício 2015:

(Despesa) / Receita esperadas – exercício 2015 – CPC 33 (R1)					
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente líquido	(324.421)	-	(148.509)	(2.434)	(18.199)
Custo de juros líquidos	(1.176.939)	(115.421)	(165.714)	-	(19.197)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(1.501.360)	(115.421)	(314.223)	(2.434)	(37.396)
Administração do plano	-	-	-	-	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(1.501.360)	(115.421)	(314.223)	(2.434)	(37.396)

Pagamentos esperados – exercício 2015 – CPC 33 (R1)					
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA)	297.370	81.763	22.622	18	3.860
Extraordinários	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	297.370	81.763	22.622	18	3.860

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.8) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	0,25%	-0,25%	1,00%	1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(1.137.524)	(1.216.680)	(1.157.980)	(1.196.800)	N/A	N/A	(1.374.507)	(1.018.301)	(1.176.940)
Valor presente das obrigações	(9.038.904)	(9.657.543)	(9.025.337)	(9.688.565)	N/A	N/A	(10.891.021)	(8.107.124)	(9.346.949)
Auxílio e Cesta Alimentação									
Custo dos juros	(112.970)	(117.843)	(113.454)	(117.463)	N/A	N/A	N/A	N/A	(115.421)
Valor presente das obrigações	(841.986)	(880.072)	(845.775)	(887.104)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.147)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	(5.994)	(6.220)	(6.084)	(6.082)	N/A	N/A	N/A	N/A	(6.083)
Valor presente das obrigações	(48.858)	(51.011)	(49.028)	(50.887)	N/A	N/A	N/A	N/A	(49.944)
REG/REPLAN									
Custo dos serviços	(135.157)	(149.817)	(142.830)	(154.449)	N/A	N/A	N/A	N/A	(148.509)
Custo dos juros	(4.958.412)	(5.238.125)	(5.145.032)	(5.202.394)	N/A	N/A	N/A	N/A	(165.714)
Valor presente das obrigações	(40.120.702)	(42.304.217)	(40.806.998)	(42.835.229)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.801.945)
REB									
Custo dos serviços	(2.728)	(2.170)	(2.270)	(2.610)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.434)
Custo dos juros	(31.469)	(31.272)	(24.019)	(31.626)	N/A	N/A	N/A	N/A	(32.526)
Valor presente das obrigações	(255.573)	(253.985)	(190.829)	(261.710)	N/A	N/A	N/A	N/A	(254.556)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços	(20.078)	(16.508)	(17.117)	(19.360)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.199)
Custo dos juros	(75.999)	(69.590)	(72.776)	(75.533)	N/A	N/A	N/A	N/A	(72.631)
Valor presente das obrigações	(607.996)	(557.368)	(559.920)	(604.128)	N/A	N/A	N/A	N/A	(581.419)

HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Provisões para causas judiciais

Ativos contingentes:

A CAIXA não possui ativos contingentes reconhecidos contabilmente.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(a) Risco provável:

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	31/12/2013	2014					31/12/2014
		Novas provisões	Atualização Monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento	
Fiscais	254.259	18.654	7.404	30.161	(144.216)	(2.298)	163.964
INSS	52.116	11.333	829	6.666	(51.276)	-	19.668
ISS	152.780	3.166	3.746	18.639	(74.306)	(1.545)	102.480
Outros	49.363	4.155	2.829	4.856	(18.634)	(753)	41.816
Cíveis	2.642.634	398.952	84.457	440.655	(770.529)	(221.140)	2.575.029
Perdas e danos	889.979	259.151	38.875	144.758	(349.208)	(150.862)	832.693
Poupança	729.129	71.980	6.055	226.375	(82.694)	(68.338)	882.507
Loterias	11.685	8.147	1.459	7.447	(13.240)	(24)	15.474
Crédito imobiliário	128.488	16.665	1.293	5.939	(42.868)	(1.484)	108.033
Contingenciamento do FGTS	883.353	43.009	36.775	56.136	(282.519)	(432)	736.322
Trabalhistas	3.086.733	565.294	89.388	976.586	(1.470.321)	(410.870)	2.836.810
Outras	52.599	18.615	-	-	(71.214)	-	-
Total	6.036.225	1.001.515	181.249	1.447.402	(2.456.280)	(634.308)	5.575.803

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 31 de dezembro de 2014, correspondem ao total de R\$ 1.467.472 (31/12/2013 – R\$ 1.416.310), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 19.668 (31/12/2013 - R\$ 52.116).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados. Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação atuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo cujo valor total, em 31 de dezembro de 2014, corresponde ao montante de R\$ 556.402 (31/12/2013 - R\$ 537.665). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se no valor da provisão ora constituída de R\$ 102.480 (31/12/2013 - R\$ 152.780).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologados no valor de R\$ 7.054 (31/12/2013 - R\$ 6.498), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros. Em 31 de dezembro de 2014 constavam 56.802 processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 54.163 “não relevantes” e 2.639 “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31 de dezembro de 2014 constavam 303.942 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 302.876 “não relevantes” e 1.066 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança. A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31 de dezembro de 2014 foi provisionado R\$ 882.507 para estes processos.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2014 para estes processos foi de R\$ 736.322.

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Visando reduzir o litígio judicial em 2014, a CAIXA realizou 19.496 acordos processuais, diminuindo, conseqüentemente, os valores que seriam integralmente despendidos se persistisse a condenação judicial, além de oportunizar ao cliente uma rápida solução para o problema enfrentado. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Demandas fiscais	5.512.106	4.778.552
Demandas cíveis	1.318.151	1.086.235
Total	6.830.257	5.864.787

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.512.106, em 31 de dezembro de 2014 (31/12/2013 - R\$ 4.778.552), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) O montante de R\$ 76.303, refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.491.551, em 31 de dezembro de 2014 (31/12/2013 - R\$ 4.367.141), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

c) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$199.801, em 31 de dezembro de 2014, com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

d) CSLL, no valor de R\$ 147.465, em 31 de dezembro de 2014, relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

e) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 218.672 (31/12/2013 – R\$ 122.196), em 31 de dezembro de 2014, sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remota.

O montante de R\$ R\$ 1.318.151 classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Demandas fiscais	9.317.717	8.475.837
Demandas cíveis	738.601	666.706
Demandas trabalhistas	2.569.258	2.148.050
Total	12.625.576	11.290.593

Nota 22 – Passivo fiscal diferido**(a) Conciliação do passivo fiscal diferido**

Descrição	31/12/2013	Debitado (creditado) ao resultado	Debitado (creditado) no PL	31/12/2014
Ajuste a valor de mercado	912.378	(223.113)	-	689.265
Reserva de reavaliação	154.242	-	(10.137)	144.105
Demais ajustes IFRS	18.499	(18.236)	-	263
Outros	209.985	(28.197)	63.644	245.432
Total	1.295.104	(269.546)	53.507	1.079.065

(b) Efeitos dos ajustes IFRS no passivo fiscal diferido

Ajustes no passivo fiscal diferido	Impacto tributário	
	31/12/2014	31/12/2013
Saldo – BRGAAP	804.728	1.066.176
Ajuste de consolidação	273.846	210.429
Impacto no patrimônio líquido	273.846	210.429
Diferimento de despesas - Taxa de Juros Efetiva (TJE)	491	1
Impacto no resultado	491	1
Total	1.079.065	1.276.606

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Outras obrigações

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Sociais e estatutárias	1.400.065	4.826.577
Fiscais e previdenciárias	945.954	836.462
Programa de recompensas	154.486	116.213
Relações com correspondentes	15.342	18.955
Cobranças e arrecadações de tributos e contribuições	342.884	264.352
Câmbio	342.662	39.318
Obrigação por convênios	690.278	327.202
Recursos em trânsito de terceiros	1.604.241	2.087.968
Credores diversos – país (Nota 23 (a))	15.289.661	12.996.143
Financiamentos imobiliários a liberar	7.926.702	5.830.105
Obrigação por operações vinculadas a cessão	5.496.219	4.323.518
Outros pagamentos	850.018	1.214.751
Total	35.058.512	32.881.564

(a) Credores diversos – País

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Cartões de crédito	7.328.476	6.130.233
Empresa gestora de ativos (EMGEA) (1)	59.256	255.135
Fornecedores	885.967	919.673
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	521.788	499.328
Crédito comercial – repasses	153.984	118.693
Crédito imobiliário – repasses	961.460	778.327
Obrigações com a união – repasses	41.607	37.899
Outros credores – poupança simplificada	500.195	499.852
Contas a pagar	158.468	1.110.288
Fundo garantidor de créditos – FGC	54.695	43.282
Valores a restituir – penhor	144.601	142.265
Valores a apropriar (2)	4.152.812	2.071.678
Outros credores diversos	326.352	389.490
Total	15.289.661	12.996.143

(1) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA): referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Valores correlacionados com registros devedores de mesma natureza apresentados na Nota 15.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013 aprovou o Estatuto da CAIXA.

Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

A União foi autorizada, por meio de Medidas Provisórias, a conceder créditos à CAIXA em condições financeiras e contratuais que permitem o enquadramento destas operações como instrumento híbrido de capital e dívida. Os contratos nº 348, 504, 752 e 754 foram celebrados em atenção Resolução CMN nº. 3.444/07, vigente à época, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I do Patrimônio de Referência, observados os limitadores de Nível I e Nível II.

Em junho de 2013, a CAIXA e a União celebraram dois contratos de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R\$ 8.000.000 (Contrato nº 868 de R\$ 3.000.000 e nº 869 de R\$ 5.000.000). Contratos que observam as disposições das Medidas Provisórias 600/12 e 620/13 e atendem aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, que dispõe sobre nova metodologia de cálculo do Patrimônio de Referência - PR (revogando a Resolução CMN n.º 3.444/2007).

As alterações realizadas pelo regulador através da Resolução CMN nº 4.192/13 correspondem à implementação de normas conhecidas mundialmente como Basileia III, que visam aumentar a qualidade do capital das instituições financeiras, exigindo melhor qualidade do capital mantido. Em seu art. 16, 2/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Capital Principal – Nível I com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern).

Assim, os R\$ 8.000.000 contratados em junho de 2013, foram celebrados em aderência aos requisitos elencados na Resolução CMN nº. 4.192/13 para integrar o Capital Principal – Nível I do Patrimônio de Referência – PR da CAIXA.

Em acordo à Basileia III, todos os instrumentos híbridos de capital e dívida considerados como Nível I até o limitador da revogada Resolução CMN nº. 3.444/07 e como Nível II a partir do saldo remanescente, foram aditivados em 2013 para adequação à nova Resolução. Nesse sentido, os instrumentos híbridos considerados como Nível I e Nível II em SET13 passaram a ser considerados somente como Nível I a partir de OUT/13, vigência do novo arcabouço normativo de Basileia III. Esses instrumentos estão classificados no Patrimônio Líquido em conformidade com os requisitos da IAS 32 – Instrumentos Financeiros – Apresentação e IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração.

Os contratos passaram a observar cláusulas de atualização monetária e juros remuneratórios integralmente variáveis. Ao principal de cada contrato existe a previsão de incorporação da atualização monetária acumulada no período e de pagamento dos juros remuneratórios:

Discriminação	31/12/2014	31/12/2013
Contrato 348	7.303.701	7.303.575
Contrato 504	7.453.659	7.453.528
Contrato 752	6.800.000	6.800.000
Contrato 754	6.310.598	6.310.597
Contrato 868	3.000.000	3.000.000
Contrato 869	5.000.000	5.000.000
Total	35.867.958	35.867.700

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 16,07%, sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(d) Reservas

As reservas são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido contabilizado segundo as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, reserva estatutária - loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Reserva legal	2.325.326	2.005.496
Reserva estatutária – loterias	2.159.653	1.454.999
Reservas margem operacional	2.388.118	1.441.901
Reservas de Capital	167	167
Remuneração de IHCD à incorporar	398.107	-
Total	7.271.371	4.902.563

(e) Dividendos

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio proporcionou redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 519.427 em 2014 (R\$ 486.614 em 2013).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Base de cálculo dos dividendos obrigatórios:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN	7.091.785	6.723.372
Ajuste de exercício anterior	-	(427.681)
Reserva legal	(319.830)	(336.169)
Realização de reserva	6.947	11.403
Reserva de loterias	(704.654)	(526.699)
Remuneração de IHCD	(695.184)	-
Base para cálculo dos dividendos	5.379.064	5.444.226
Dividendos declarados	2.990.946	4.097.763
Juros sobre o capital próprio	1.298.567	1.216.535
Dividendos	1.692.379	2.881.228

(f) Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme indicado na Nota 2.4 (e), os instrumentos financeiros disponíveis para venda, após o reconhecimento inicial, são mensurados ao valor justo e os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

As variações no saldo de ajustes ao valor justo do período são apresentadas na demonstração consolidada de resultado abrangente, onde estão evidenciados os ganhos ou perdas realizados e não realizados no resultado, destacados os respectivos efeitos tributários, determinando o resultado abrangente do período.

(g) Prejuízos Acumulados

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Efeito acumulado dos ajustes IFRS no lucro líquido segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN	(7.858.880)	(6.041.180)
Ajustes patrimoniais no ativo imobilizado anteriores à adoção ao IFRS	408.392	392.929
Ajustes de 1ª Adoção ao IFRS	3.264.992	3.264.992
Total	(4.185.496)	(2.383.259)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 25 – Receitas com juros e similares

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos interfinanceiros	600.900	296.663
Empréstimo e recebíveis com instituições financeiras	12.377.999	6.918.465
Empréstimos e recebíveis com clientes	67.915.594	48.613.157
Ativos financeiros mantidos para negociação	9.686.356	7.818.664
Ativos financeiros disponíveis para venda	920.015	782.842
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	5.367.628	4.914.656
Juros de outros ativos financeiros - FCVS	1.847.215	1.026.998
Créditos vinculados ao Banco Central (1)	7.308.196	5.052.264
Outras	(108.585)	467.423
Total	105.915.318	75.891.132

(1) Item reclassificado para Receitas com juros e similares.

Nota 26 – Despesas com juros e similares

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Operações com clientes	(36.215.227)	(23.383.833)
Operações com instituições financeiras	(295.465)	(78.764)
Outros depósitos especiais e fundos e programas	(1.063.910)	(1.059.422)
Operações compromissadas	(17.643.028)	(10.339.557)
Empréstimos, cessões e repasses (Nota 19 (c))	(12.086.030)	(9.092.432)
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(27.393)	(1.877.907)
Total	(67.331.053)	(45.831.915)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 27 – Receita líquida com taxas e comissões

(a) Receita líquida com taxas e comissões

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Total de prestação de serviços e tarifas bancárias	17.687.509	15.638.129
Total de receita de prestação de serviços (Nota 27 (b))	14.660.317	13.217.041
Total de rendas de tarifas bancárias (Nota 27 (c))	3.027.192	2.421.088
Total de despesas com taxas e comissões	(306.893)	(320.519)
Administração de Fundos e Programas	(94.068)	(85.897)
Administração de loterias	(214.820)	(192.429)
Tarifa de remuneração FGTS	-	74
Provisão de risco agente operador FGTS	-	(25.248)
Prov. p/ risco de crédito agente operador FGTS	1.995	(17.019)
Receita líquida com taxas e comissões	17.380.616	15.317.610

(b) Receita de prestação de serviços

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Tesouro nacional e administração de fundos sociais	5.985.010	5.248.388
Fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS)	3.903.141	3.463.630
Fundo de compensação de variações salariais (FCVS)	128.650	109.419
Programa de integração social (PIS)	127.917	125.638
Loterias federais	1.319.428	1.118.857
Financiamento estudantil - (FIES)	282.359	203.162
Fundo de arrendamento residencial (FAR)	73.695	84.792
Repasses secretaria do tesouro nacional (STN)	88.452	80.526
Seguro-desemprego	59.630	59.753
Outros	1.738	2.611
Rendas de cartões	1.515.420	1.244.907
Operações de crédito e garantias prestadas	718.016	800.715
Cobrança	637.623	591.474
Arrecadações	2.299.483	2.129.397
Fundos de investimentos e carteiras administradas	1.434.252	1.372.733
Conta corrente	165.610	107.012
Programa de transferência de renda	363.112	365.151
Prestados a ligadas	567.072	572.678
Comissões e taxas sobre operações (1)	657.297	214.609
Comissões e taxas sobre operações - agente financeiro FGTS (1)	-	268.384
Outros serviços	317.422	301.593
Total de Receita de prestação de serviços	14.660.317	13.217.041

(1) Itens reclassificados de Outras receitas operacionais (Nota 30).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Rendas de cartões	485.485	312.873
Operações de crédito e cadastro	612.853	423.125
Pacote de serviços	1.389.866	1.244.604
Contas de depósito	357.544	296.834
Transferência de recursos	165.614	133.076
Outras rendas	15.830	10.576
Total de rendas de tarifas bancárias	3.027.192	2.421.088

Nota 28 – Ganhos e perdas com a negociação e valor justo de ativos e passivos financeiros

(a) Ganhos e perdas com a negociação de ativos e passivos financeiros

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Ativos financeiros para negociação	(543.144)	(606.581)
Títulos públicos – Brasil	(543.147)	(606.605)
- Notas do tesouro nacional	(3.368)	(43.175)
- Letras financeiras do tesouro	16	36
- Letras do tesouro nacional	(539.795)	(563.466)
Títulos privados	3	24
- Debêntures	3	21
- Certificado de recebíveis imobiliários	-	3
Ativos financeiros disponíveis para venda	(23.477)	(15.876)
Títulos privados	(23.477)	(15.876)
- Cotas de fundos	(23.477)	(15.876)
Carteiras comerciais adquiridas	106.616	337.969
Carteiras comerciais cedidas (1)	(2.328.665)	(251.067)
Total	(2.788.670)	(535.555)

(1) Despesas de Obrigações por operações vinculadas a cessão reclassificadas em 2014 de “Despesas com juros e similares” para “Ganhos e perdas com negociação de ativos e passivos financeiros”.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ganhos e perdas com valor justo de ativos e passivos financeiros

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Ativos financeiros para negociação	246.099	(2.926.949)
Títulos públicos - Brasil	195.435	(2.926.248)
Letras do tesouro nacional	202.595	(2.908.791)
Notas do tesouro nacional	(7.202)	(17.862)
Letras financeiras do tesouro	42	405
Títulos privados	50.664	(701)
Debêntures	50.688	(551)
Certificado de recebíveis imobiliários	(24)	(150)
Instrumentos financeiros derivativos	1.460.547	2.611.786
Total	1.706.646	(315.163)

Nota 29 – Ganhos e perdas com operações de câmbio

O resultado de câmbio decorre da variação da taxa de câmbio das disponibilidades em moeda estrangeira.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Receita	17.762.329	5.452.089
Disponibilidade em moeda estrangeira	17.762.329	5.452.089
Despesa	(18.792.286)	(5.900.843)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(18.792.286)	(5.900.843)
Resultado de câmbio	(1.029.957)	(448.754)

Nota 30 – Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2014	31/12/2013 (1)
Recuperação de despesas	2.293.953	1.811.225
Reversão de outras provisões operacionais	2.284.986	1.991.250
Receitas de cartões de crédito	62.424	32.644
Atualização de depósitos em garantia	706.439	531.159
Atualização monetária sobre valores a receber da União	186.853	25.773
Receitas de loterias	20.122	77.309
Reversão de despesas - repactuação IHCD	-	193.283
Receita de deságio na aquisição de royalties	77.530	134.560
Recuperação de despesas – PASEP/COFINS	405.370	-
Outras receitas operacionais	648.684	520.369
Total	6.686.361	5.317.572

(1) Itens Comissões e taxas sobre operações e Comissões e taxas sobre operações - agente financeiro FGTS reclassificados para Receita líquida com taxas e comissões (Nota 27).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 31 – Despesas com pessoal

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Benefícios	(2.242.878)	(1.950.395)
Encargos sociais:	(4.279.970)	(3.682.531)
FGTS	(791.902)	(688.709)
INSS	(2.437.335)	(2.139.120)
FUNCEF	(797.690)	(650.699)
Outros	(253.043)	(204.003)
Proventos	(11.160.290)	(10.088.685)
Salários e proventos	(10.375.417)	(9.215.539)
Indenizações trabalhistas	(784.873)	(873.146)
Outras	(189.465)	(206.783)
Total	(17.872.603)	(15.928.394)

Nota 32 – Outras despesas administrativas

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Comunicações	(685.214)	(631.977)
Manutenção e conservação de bens	(903.255)	(816.598)
Água e energia	(321.338)	(289.833)
Aluguéis e arrendamento de bens	(1.338.378)	(1.151.013)
Material	(187.854)	(199.300)
Processamento de dados	(1.230.373)	(1.079.804)
Promoções e relações públicas	(354.104)	(340.295)
Propaganda e publicidade	(516.746)	(453.706)
Sistema financeiro	(429.917)	(367.078)
Serviços de terceiros	(1.556.197)	(1.388.746)
Serviços especializados	(672.950)	(581.931)
Vigilância e segurança	(869.301)	(780.980)
Outras despesas administrativas	(379.708)	(383.838)
Total	(9.445.335)	(8.465.099)

Nota 33 – Perdas com ativos financeiros

(a) Composição – Demonstrações consolidadas do resultado

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Constituição PDD - Empréstimos e recebíveis (Nota 33 (b)) (1)	(6.242.322)	(9.023.120)
Resultado com renegociações	(2.384.078)	(983.169)
Outros ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	(2.300.270)	1.291.125
Total	(10.926.670)	(8.715.164)

(1) Provisão para redução ao valor de recuperação.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Perdas com empréstimos e recebíveis com clientes

Em 2014:

Descrição	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos rurais e agroindustriais	Financiamentos imobiliários (habitação)	Financiamentos de infraestrutura	Outros créditos	Total
Movimentação							
Em 1º janeiro de 2014	9.951.765	1.251.827	8.278	364.537	643.834	404.705	12.624.946
Constituição (reversão) de provisão no exercício	4.671.680	2.962.493	45.518	(1.654.632)	80.290	136.973	6.242.322
Recuperação de (transferência para) prejuízo	(3.526.888)	(239.219)	(1.791)	2.846.087	213	(5.279)	(926.877)
Em 31 de dezembro de 2014	11.096.557	3.975.101	52.005	1.555.992	724.337	536.399	17.940.391
Provisão individual	349.308	213.006	-	12.689	688.192	106.603	1.369.798
Provisão coletiva	10.747.249	3.762.095	52.005	1.543.303	36.145	429.796	16.570.593
Total	11.096.557	3.975.101	52.005	1.555.992	724.337	536.399	17.940.391

Em 2013:

Descrição	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos rurais e agroindustriais	Financiamentos imobiliários (habitação)	Financiamentos de infraestrutura	Outros créditos	Total
Movimentação							
Em 1º janeiro de 2013	5.348.951	2.066.750	2.878	2.403.965	142	496.294	10.318.980
Constituição (reversão) de provisão no exercício	9.405.781	244.951	5.400	(1.206.756)	656.999	(83.255)	9.023.120
Recuperação de (transferência para) prejuízo	(4.802.967)	(1.059.874)	-	(832.672)	(13.307)	(8.334)	(6.717.154)
Em 31 de dezembro de 2013	9.951.765	1.251.827	8.278	364.537	643.834	404.705	12.624.946
Provisão individual	223.970	-	-	11.949	632.807	130.002	998.728
Provisão coletiva	9.727.795	1.251.827	8.278	352.588	11.027	274.703	11.626.218
Total	9.951.765	1.251.827	8.278	364.537	643.834	404.705	12.624.946

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
FCVS a receber - provisão/perdas	(451.297)	(560.945)
Obrigações com fundos e programas	(1.267.294)	(322.747)
Despesa com cartão	(1.298.523)	(1.035.229)
Despesa com lotérico e parceiros comerciais	(2.175.084)	(2.015.170)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(490.358)	(480.551)
Serviços automatizados	(285.131)	(229.886)
Alavancagem de negócios	(434.229)	(324.799)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	(156.820)	(314.232)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(673.913)	(545.135)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(274.548)	(237.896)
Atualiz. monetária s/ restituição e recolhimentos	(39.450)	(1.448)
Títulos no exterior - marcação a mercado	(166.102)	141.802
Créditos administrados por terceiros	(59.012)	(48.541)
Despesas com provisões operacionais	(754.854)	(289.080)
Condenações judiciais	(209.520)	(101.632)
Benefícios sociais	(61.604)	(78.955)
Benefício pós-emprego	(838.586)	(885.420)
Despesas com títulos emitidos no exterior	(335.635)	(126.825)
Indenizações por perdas e danos	(199.885)	(170.328)
Perdas em cartões de crédito	(78.480)	(41.042)
Prejuízos com saque eletrônico fraudulento	(242.399)	(136.335)
Outras	(963.123)	(561.911)
Total	(11.455.847)	(8.366.305)

Nota 35 – Impostos

(a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Descrição	2014	2013
Lucro operacional antes da tributação	5.004.465	2.659.205
Impostos correntes (Nota 35 (b))	(704.138)	(896.763)
Impostos diferidos	2.179.210	3.788.958
Lucro líquido do exercício	6.479.537	5.551.400

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Impostos correntes

Descrição	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Despesa corrente	(572.119)	(343.267)	(389.691)	(175.717)
Encargo total do IRPJ (25%) e CSLL (15%)	(1.505.033)	(903.034)	(1.293.829)	(776.306)
Efeitos tributários das adições e exclusões	(12.508)	5.710	(270.557)	(162.984)
Juros sobre capital próprio	498.438	299.063	304.133	182.480
Participações dos empregados nos lucros	298.703	179.222	265.826	159.496
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	253.782	250.692	178.441	181.678
Incentivo fiscal	49.529	-	33.520	-
Reserva de reavaliação	5.868	3.521	5.502	3.300
Participação em controladas e coligadas	156.349	93.809	136.487	81.892
Outros	(317.247)	(272.250)	250.786	154.727
Despesa diferida/marcação a mercado	131.996	79.252	(207.097)	(124.258)
Despesa Total	(440.123)	(264.015)	(596.788)	(299.975)

(c) Despesas tributárias

Descrição	2014	2013
Contribuição COFINS	(1.988.188)	(1.630.554)
PIS/PASEP	(323.383)	(265.129)
Imp. s/ Serviços de Qualquer Natureza – ISS	(503.845)	(471.500)
Despesas com IPTU	(57.718)	(52.199)
Outras	(26.152)	5.739
Total	(2.899.286)	(2.413.643)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 36 – Gestão de riscos**(a) Considerações iniciais**

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputacional, operacional e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos e de capital é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e a capacidade da CAIXA de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no site: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

(b) Estrutura de gestão de riscos e capital

As estruturas de gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional da CAIXA, compostas por políticas, práticas, procedimentos, modelos e sistemas adequados à natureza e à complexidade dos seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas, são responsáveis pela efetiva gestão de capital e por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar as exposições a esses riscos.

Estes instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressas pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da instituição e alcançam todas as atividades da CAIXA.

As atividades de administração de riscos e capital são segregadas das atividades negociais e de auditoria, com estruturas de desenvolvimento e monitoramento dos modelos independentes, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

Participam diretamente da administração dos riscos e do capital da CAIXA: o Conselho de Administração, o Conselho Diretor, o Comitê de Risco e Capital, a Vice-Presidência de Riscos, a Diretoria Executiva de Riscos, as Superintendências Nacionais de Administração de Risco Corporativo, de Controles Institucionais e de Risco de Crédito do Tomador e de Operação, além da Auditoria Interna.

As demais unidades da Instituição complementam o papel das mencionadas anteriormente e são unidades indiretas de gerenciamento de capital e dos riscos.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no endereço <http://www.caixa.gov.br>, menu "SOBRE A CAIXA".

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Conselho de Administração

O Conselho de Administração, órgão de orientação geral dos negócios da CAIXA, é responsável pela definição das diretrizes, desafios e objetivos corporativos, e também pelo monitoramento e avaliação de seus resultados.

Responsável pela aprovação da política de capital, de riscos e respectivos limites de exposição ao risco, manifestando-se expressamente acerca da correção tempestiva de deficiências apontadas nos relatórios sobre a estrutura de gerenciamento de capital e de cada risco tratado nessas políticas.

(ii) Conselho Diretor

Responsável por aprovar e encaminhar ao Conselho de Administração a política de capital, de riscos e os respectivos limites de exposição a risco; manifestar-se expressamente sobre a correção tempestiva das deficiências apontadas nos relatórios sobre a estrutura de gerenciamento de cada risco tratado na política; e indicar, ao Banco Central do Brasil, o Vice-Presidente responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

(iii) Comitê de Risco e Capital

O Comitê de Risco e Capital é um órgão de caráter deliberativo e propositivo, vinculado ao Conselho Diretor, a quem compete deliberar sobre a gestão e controle dos riscos e do capital do conglomerado financeiro CAIXA e garantir seu alinhamento com as demais Vice-Presidências, nos limites de suas atribuições e competências delegadas.

Esse Comitê tem como finalidade principal propor as políticas e estratégias para gestão de riscos, capital, recuperação de crédito e controles internos, propor limites globais de exposição a riscos, definir e acompanhar a alocação e limites de capital em função dos riscos, coordenar a construção do apetite de risco com demais áreas da CAIXA e subsidiar a decisão do Conselho Diretor.

(iv) Vice-Presidência de Riscos

Responsável por implantar políticas, metodologias, procedimentos e sistemas para gestão de capital, dos controles internos, do risco corporativo, do risco de clientes tomadores de crédito e respectivas operações e a manutenção e recuperação dos ativos.

(v) Diretoria Executiva de Riscos

Responsável por administrar, supervisionar e coordenar a execução das estratégias na área de gestão de capital e de riscos da CAIXA, dentre elas, a avaliação de risco do tomador de crédito de clientes e operações e a administração do risco corporativo.

(vi) Superintendência Nacional de Administração de Risco Corporativo

Responsável por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, comunicar e propor alternativas de mitigação dos riscos de crédito de carteira, mercado, liquidez e operacional em cenários de normalidade e de estresse, além de propor ao Comitê de Risco e Capital a Política de Gerenciamento de Risco e os limites de exposição a riscos.

Também é responsável pela gestão do capital, do Programa de Continuidade de Negócios da CAIXA, da Política de Segurança da Informação da Instituição e pela coordenação das estruturas de gerenciamento dos riscos de crédito, mercado e operacional.

(vii) Superintendência Nacional de Risco de Crédito

Responsável por gerir o risco de crédito de clientes e de operações da CAIXA, definir os limites de crédito para cada classificação de risco e prestar serviços de análise de risco de crédito de terceiros.

(viii) Superintendência Nacional de Controle Institucional

Responsável por gerir o sistema de controle interno para o cumprimento das políticas e objetivos empresariais, preservar a sustentabilidade da organização e monitorar os modelos usados para avaliação dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, para a conformidade e controle da CAIXA.

(ix) Auditoria Interna

Responsável por realizar, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação das práticas, processos, procedimentos, modelos e sistemas implantados para as atividades de gestão de capital e para identificar,

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mensurar, avaliar, monitorar, controlar, comunicar e mitigar a exposição aos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e de modelagem.

(x) Demais unidades

Responsáveis por cumprir e fazer cumprir a política de gerenciamento de risco e de capital em seu âmbito de atuação, disseminando cultura que enfatize e demonstre a importância da administração de riscos e da gestão de capital junto aos seus colaboradores.

(c) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

A estrutura de gerenciamento deste risco na CAIXA está em consonância com as diretrizes da instituição, com a Resolução CMN 3.380/2006, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco operacional nas instituições financeiras e também está fundamentado nas melhores práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Entre as suas atividades estão a identificação, a avaliação, a monitoração, o controle e a mitigação de riscos, inserindo nesse contexto os serviços terceirizados considerados relevantes para o funcionamento regular da empresa.

(i) Identificação

O processo de identificação dos riscos operacionais abrange toda a CAIXA desde os produtos e serviços a serem lançados até aqueles já disponíveis aos clientes, e considera tanto os fatores externos quanto os internos que podem afetar adversamente seus resultados financeiros.

As análises para identificar a exposição ao risco operacional permeiam todas as áreas da CAIXA, por meio do mapeamento das atividades nas respectivas unidades. Além do mapeamento, outro instrumento utilizado para a identificação é a autoavaliação de riscos e controles, adaptada da metodologia CRSA (*Control & Risk Self Assessment*). Essa autoavaliação é realizada em sistema corporativo que captura as informações prestadas pelos gestores sobre a possibilidade da ocorrência de eventos do risco operacional, o nível de criticidade e os controles adotados para a redução desses eventos.

(ii) Avaliação

Os riscos identificados são avaliados qualitativa e quantitativamente.

- **Avaliação qualitativa**

Utiliza-se metodologia que agrega informações de gravidade, urgência e tendência, além de apontar os indicadores-chave de risco, que permitem uma visão antecipada de exposições a ocorrências de eventos de Risco Operacional.

A autoavaliação, em virtude das características de sua aplicação, também permite estimar a frequência e a severidade dos riscos operacionais identificados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

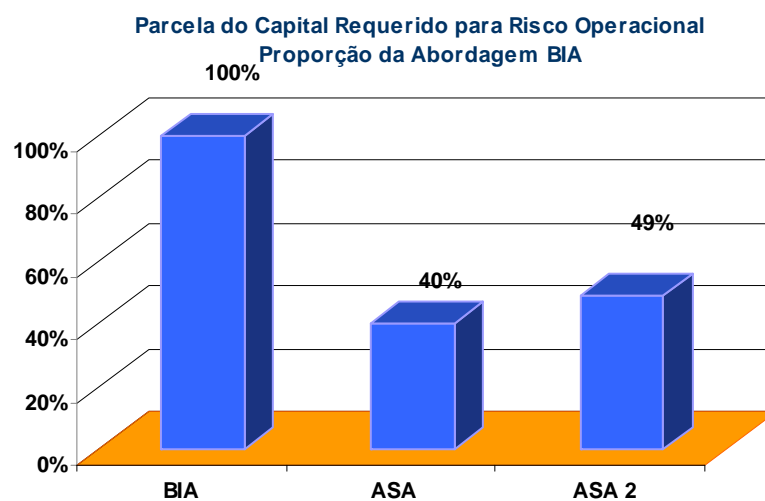
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• Avaliação quantitativa (Mensuração)

Na avaliação quantitativa são estabelecidas métricas com o objetivo de analisar o histórico das perdas decorrentes de risco operacional, projetá-las para períodos futuros verificando possíveis impactos financeiros e realizar simulações para alocação de capital pelo modelo AMA, por meio do cálculo do VaR Operacional, visando futura candidatura ao modelo interno. A CAIXA utiliza a metodologia *Loss Distribution Approach* - LDA para a realização dessas simulações.

(iii) Metodologia de cálculo adotada na CAIXA

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a metodologia de cálculo adotada na CAIXA, entretanto, foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nas três abordagens (BIA, ASA e ASA2), previstas na Circular BACEN 3.640/2013 e os resultados dos cálculos realizados estão comparados no gráfico a seguir:



(iv) Modelos internos

As abordagens avançadas de alocação de capital para risco operacional requerem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle e, como resultado, espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (internas e/ou externas), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros, para mitigar a exposição ao risco operacional. O modelo interno, conhecido por esta terminologia por necessitar de várias informações da própria instituição, requer maior número de variáveis a serem agregadas ao cálculo da parcela relativa ao risco operacional, dos ativos ponderados pelo risco, resultando em um valor mais preciso de capital regulamentar a ser alocado.

O modelo requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – a base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Dados externos de perdas operacionais – a base de dados externos auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

(iv) Monitoramento, controle operacional e mitigação

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão e direcionar a elaboração de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

Para o controle operacional de produtos e serviços é utilizada ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento em relação aos níveis de risco projetados.

Visando a redução de riscos e a melhoria de controles, são elaboradas ações de mitigação, que representam medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão, e para se obter um melhor monitoramento, essas ações são registradas em sistema corporativo.

(v) Gestão da continuidade dos negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte do gerenciamento de risco operacional e sua atuação se dá por meio do Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

(vi) Gestão da Segurança da Informação

A gestão de Segurança da Informação é um elemento importante na estrutura da CAIXA, cujo envolvimento de todas as áreas na construção e consolidação de procedimentos, ferramentas e cultura corporativa resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da instituição.

(vii) Gestão de crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, onde são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações, principalmente, com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa de mitigação possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

(viii) Transparência e divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade do gerenciamento dessa categoria de risco na instituição.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estão disponíveis na Universidade CAIXA dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, existem manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão.

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte ou parte intermediadora ou conveniente de operações de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e o acompanhamento do risco de crédito são realizados pela identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso e exposição, limites por tomador, operação, segmento, região geográfica e setor de atividade econômica, perdas realizada, esperada e inesperada, provisão, rating das operações, exigência de capital regulatório e econômico, proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

Objetivando ainda gerir o risco de crédito, todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

Ademais, as novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira recebem reavaliações periódicas, as operações de varejo utilizam modelos de Behaviour Scoring e nas demais exposições aplica-se a reavaliação de rating.

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito.

As revisões periódicas das políticas, estratégias, práticas, processos, modelos e sistemas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores. Todos os processos e modelos utilizados são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração e validação de modelos, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

(i) Mensuração de risco de crédito

Os modelos de mensuração dos indicadores de monitoramento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco por meio de modelos baseados em critérios consistentes, com o objetivo de inferir o risco esperado em uma operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring (CS) ou de análise de especialista, a depender das características do tomador e da operação.

As operações em carteira são reavaliadas periodicamente, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behaviour Scoring (BS) nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Exposição máxima ao risco de crédito antes de garantias e instrumentos de melhoria de crédito:

Descrição	Exposição máxima	
	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e recebíveis com clientes	593.538.463	485.425.817
Empréstimos e títulos descontados	140.725.168	128.072.064
Financiamentos	37.070.667	32.130.797
Financiamentos de infraestrutura/desenvolvimento	55.931.209	36.193.795
Financiamentos imobiliários	343.888.511	273.877.512
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.862.323	1.989.121
Outros créditos	11.060.585	13.162.528
Empréstimos e recebíveis com instituições financeiras	133.911.246	58.617.463
Depósitos interfinanceiros	6.533.817	7.671.672
Operações compromissadas	114.067.123	37.232.669
Direitos a receber	684.730	2.422.528
Devedores por depósito em garantia	12.625.576	11.290.594
Outros empréstimos e recebíveis	25.145.776	20.797.571
Outros recebíveis (SFH)	25.145.776	20.797.571
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	102.603.574	102.547.827
Títulos públicos	100.665.175	98.698.946
Títulos privados	1.032.761	42.848
Derivativos	905.638	260.317
Designados ao valor justo	-	3.545.716
Ativos financeiros disponíveis para venda	16.409.277	17.935.264
Títulos públicos	16.029	17.242
Títulos privados	16.393.248	17.918.022
Ativos mantidos até o vencimento	49.288.114	43.179.278
Títulos públicos	49.144.586	42.725.354
Títulos privados	143.528	453.924

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Empréstimos e recebíveis

2014							
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos de infraestrutura/ desenvolvimento	Financiamentos imobiliários	Financiamentos rurais e agroindustriais	Outros créditos	Total
Em dia e sem impairment	122.367.539	32.190.214	54.015.306	291.941.479	4.701.997	11.444.201	516.660.736
Vencidos, mas não em impairment	22.773.902	6.673.005	1.548.037	51.902.345	178.194	39.715	83.115.198
Vencidos em impairment	6.680.284	2.182.549	1.092.203	1.600.679	34.137	113.068	11.702.920
Total da carteira	151.821.725	41.045.768	56.655.546	345.444.503	4.914.328	11.596.984	611.478.854
Provisão:	(11.096.557)	(3.975.101)	(724.337)	(1.555.992)	(52.005)	(536.399)	(17.940.391)
Provisão individual	(349.308)	(213.006)	(688.192)	(12.689)	-	(106.603)	(1.369.798)
Provisão coletiva da carteira	(10.747.249)	(3.762.095)	(36.145)	(1.543.303)	(52.005)	(429.796)	(16.570.593)
Carteira líquida de provisão	140.725.168	37.070.667	55.931.209	343.888.511	4.862.323	11.060.585	593.538.463

2013							
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos de infraestrutura/ desenvolvimento	Financiamentos imobiliários	Financiamentos rurais e agroindustriais	Outros créditos	Total
Em dia e sem impairment	118.424.109	29.141.327	34.790.243	235.471.743	1.992.988	13.361.064	433.181.474
Vencidos, mas não em impairment	14.922.871	3.200.313	1.122.168	40.190.154	2.516	36.575	59.474.597
Vencidos em impairment	4.676.849	1.040.984	925.218	1.460.255	1.895	169.594	8.274.795
Total da carteira	138.023.829	33.382.624	36.837.629	277.122.152	1.997.399	13.567.233	500.930.866
Provisão:	(9.951.765)	(1.251.827)	(643.834)	(364.537)	(8.278)	(404.705)	(12.624.946)
Provisão individual	(223.970)	-	(632.807)	(11.949)	-	(130.002)	(998.728)
Provisão coletiva da carteira	(9.727.795)	(1.251.827)	(11.027)	(352.588)	(8.278)	(274.703)	(11.626.218)
Carteira líquida de provisão	128.072.064	32.130.797	36.193.795	276.757.615	1.989.121	13.162.528	488.305.920

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Empréstimos por faixa de rating

Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e títulos descontados	30.228.446	62.079.102	24.102.675	19.758.261	6.096.923	2.990.518	1.141.666	993.647	4.430.509	151.821.747	138.023.829
Financiamentos	10.344.545	15.416.731	2.431.528	3.280.370	3.257.728	967.038	773.712	582.773	3.991.339	41.045.764	33.382.624
Financiamentos rurais e agroindustriais	729.028	1.399.066	1.174.917	1.382.879	140.803	17.404	14.258	26.713	29.255	4.914.323	1.997.399
Financiamentos imobiliários	192.580.221	54.791.576	40.262.740	36.840.486	12.502.634	1.147.793	814.703	594.206	5.910.140	345.444.499	274.242.049
Financiamentos de infraestrutura	28.444.232	26.220.453	1.008.609	539.445	190.385	13.044	1.004	12.114	226.255	56.655.541	36.837.629
Outros créditos	786.771	9.368.503	407.696	525.525	185.335	152.413	20.780	15.034	134.923	11.596.980	13.567.233
Total	263.113.243	169.275.431	69.388.165	62.326.966	22.373.808	5.288.210	2.766.123	2.224.487	14.722.421	611.478.854	498.050.763

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Empréstimos renegociados

Carteira	2014	2013
Operações renegociadas	10.456.823	6.021.599
Comercial	9.575.947	5.629.490
Habitacional	880.876	392.109
Operações recuperadas	2.117.307	929.284
Operações comerciais	1.527.527	843.836
Operações habitacionais	589.780	85.448

Contratos renegociados que, de outra forma, teriam acarretado evidência de Impairment.

(vi) Instrumentos financeiros

A tabela abaixo apresenta a análise dos instrumentos de dívida pelo rating atribuído de acordo com os modelos internos.

Faixas de <i>rating</i>	Mantidos para negociação		Disponíveis para venda		Mantidos até o vencimento	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Rating AA	102.603.574	102.547.827	9.446.991	10.949.357	49.159.068	42.805.392
Rating A	-	-	5.448.874	5.013.165	129.046	-
Rating B	-	-	1.513.412	1.972.742	-	373.886
Outros ¹	-	-	-	-	-	-
Total	102.603.574	102.547.827	16.409.277	17.935.264	49.288.114	43.179.278

(1) Instrumentos financeiros constituídos por fundos de investimentos em participações (FIP) e fundos de investimentos imobiliários (FII) que não possuem categorização em faixas de rating para fins de provisão, uma vez que a exposição a esses veículos é o próprio volume de recursos investidos e cujo risco de crédito já está refletido no valor das cotas. Tais valores estão classificados como Disponíveis para Venda.

(vii) Recuperação de garantias

A CAIXA obteve ativos por meio de tomada de posse de garantias de contratos celebrados, conforme demonstrado a seguir:

Carteira	2014	2013
Comercial	2.913	1.267
Habitacional	735.732	467.115

(e) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado da CAIXA é compatível com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e com a dimensão de sua exposição a este risco. As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações são identificados previamente, com análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA e aos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, abrangendo todas as fontes relevantes deste risco. São monitorados, com reporte tempestivo às instâncias deliberativas, assegurando menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

As atividades de gerenciamento do risco de mercado são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

(i) Mensuração do risco de mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação desses instrumentos. Para que a marcação a mercado seja realizada, é necessário identificar todas as posições mantidas pela Instituição, calcular seus fluxos de caixa e descontá-los pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento, chegando ao seu preço.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio de estruturas a termo de taxas de juros, que são estimadas a partir de informações de taxas ou preços obtidas em fontes primárias, e tem como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Para os papéis de baixa ou nenhuma liquidez são utilizadas taxas que buscam refletir da melhor forma possível o provável preço de negociação, de maneira conservadora e observando as melhores práticas de mercado.

(ii) Value at Risk - VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average*, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basiléia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec.

É considerada violação o resultado negativo, perdas não realizadas, maior que o VaR projetado para o dia, devendo a contagem destes resultados em determinado período estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido pelo modelo.

Os testes são realizados a partir dos resultados efetivos, que consideram as variações diárias dos preços de mercado dos instrumentos financeiros e dos ganhos ou perdas resultantes das compras e vendas, e hipotéticos, calculados a partir das variações diárias das curvas de mercado.

(iii) Carteira Trading por tipo de risco

A tabela a seguir apresenta o VaR da carteira de negociação da CAIXA.

Valor em risco em cenário de normalidade ⁽¹⁾		
Fatores de risco	31/12/2014	31/12/2013
PRE	8.546	12.905
Cupom IPCA	270	7
Cupom SELIC	-	-
Cupom TR	-	1
VaR com ED	8.816	12.913

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Risco de moedas

O quadro abaixo apresenta o balanço, por moedas, totalizando os saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira.

Descrição	Dólar	Euro	Iene	Outros	Total
Ativo (direitos)	838.541	25.780	16.407	1.823	882.551
Passivo (obrigações)	816.677	11.719	1.544	976	830.916
Posição Líquida	21.864	14.061	14.863	847	51.635

(v) Testes de estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, prospectivos e análise de sensibilidade de forma a reproduzir períodos históricos, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

Para o período compreendido entre 2000 e 2003 os cenários de estresse históricos são vinculados a datas conhecidas nas quais ocorreram eventos que geraram variações significativas no mercado de juros, com a construção de cenário predefinido de choques multiplicativos para cada data, que são aplicados às curvas de mercado da data para cálculo do VaR de Estresse.

A análise de cenários históricos posteriores a 2003 se utiliza dos piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA. São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de cenários prospectivos consiste em projetar os impactos no valor do portfólio da Instituição, caso o cenário estabelecido ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê Delegado de Risco e de Capital, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Atualmente são utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a conseqüente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e na possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Conforme determina a Resolução CMN nº 4.090, de 24 de maio de 2012, a CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

A CAIXA desenvolveu e implementou modelos proprietários para a projeção dos fluxos de caixa das operações bancárias em cenário de normalidade e de estresse e para a mensuração do potencial diário de negociação dos títulos e do colchão de risco de liquidez.

Para o gerenciamento da liquidez de curto prazo é realizado o monitoramento da liquidez intradia e da relação entre os títulos de alta conversibilidade, que são os ativos disponíveis para negociação e/ou realização de operações compromissadas, e o colchão de risco de liquidez, que é definido como a reserva estratégica de recursos em situação de crise, composta por ativos de alta qualidade de liquidez em carteira, necessários para assegurar a capacidade da Instituição de cumprir com as obrigações do fluxo de caixa, no prazo de 30 dias.

Adicionalmente, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez com definição de Alertas para avaliação e antecipação de possíveis problemas ou crises de liquidez. A ocorrência de qualquer dos alertas é comunicada tempestivamente ao Comitê Delegado de Risco e de Capital para avaliação quanto à decretação ou não de regime de contingência de liquidez.

No Plano são definidas as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução, as fontes de recursos e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

As novas operações, produtos ou atividades têm seus riscos avaliados previamente e analisada sua adequação ao nível de risco de liquidez aceito pela Instituição.

As atividades de administração do risco de liquidez são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Passivos financeiros para gerenciamento do risco de liquidez:

Passivos financeiros	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	31/12/2014
Captação no mercado	325.750.434	173.266.989	54.128.598	139.952.898	36.465.781	729.564.700
Depósitos	325.750.434	5.881.369	9.835.230	42.112.442	35.466.264	419.045.739
Depósitos à vista	26.953.388	-	-	-	-	26.953.388
Depósitos de poupança	236.836.068	-	-	-	-	236.836.068
Depósitos Interfinanceiros	-	2.018.021	1.205.796	268.917	171.144	3.663.878
Depósitos a prazo (CDB/RDB)	13.114	3.863.348	8.629.434	41.843.525	35.295.120	89.644.541
Depósitos judiciais	53.456.796	-	-	-	-	53.456.796
Depósitos especiais	8.476.386	-	-	-	-	8.476.386
Outros depósitos	14.682	-	-	-	-	14.682
Recursos aceites e emissões (LH/LCI/LF)	-	10.185.872	35.557.987	81.227.368	-	126.971.227
Captação no mercado aberto (Compromissadas)	-	157.199.748	8.735.381	5835238	999.517	172.769.884
Obrigações por TVM no exterior	-	-	-	10.777.850	-	10.777.850

Passivos financeiros	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 720 dias	Acima de 720 dias	31/12/2013
Captação no mercado	289.286.502	121.653.138	45.422.002	61.355.648	43.365.086	561.082.376
Depósitos	289.286.502	4.023.456	10.419.847	23.374.536	33.665.412	360.769.753
Depósitos à vista	25.170.971	-	-	-	-	25.170.971
Depósitos de poupança	209.573.848	-	-	-	-	209.573.848
Depósitos Interfinanceiros	-	85.174	2.141.199	127.189	-	2.353.562
Depósitos a prazo (CDB/RDB)	32.425	3.938.282	8.278.648	23.247.347	33.665.412	69.162.114
Depósitos judiciais	44.328.768	-	-	-	-	44.328.768
Depósitos especiais	10.155.127	-	-	-	-	10.155.127
Outros depósitos	25.363	-	-	-	-	25.363
Recursos aceites e emissões (LH/LCI/LF)	-	5.964.144	31.298.931	36.860.245	3.367.501	77.490.821
Captação no mercado aberto (Compromissadas)	-	111.665.538	3.703.224	1.120.867	-	116.489.629
Obrigações por TVM no exterior	-	-	-	-	6.332.173	6.332.173
Instrumento híbrido de capital e dívida	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Valor justo de ativos e passivos financeiros
(i) Instrumentos Financeiros mensurados ao custo amortizado

Operações	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.533.817	7.671.673	6.533.766	7.671.035
Aplicações em operações compromissadas	113.973.136	37.232.669	113.952.540	37.229.588
TVM mantidos até o vencimento	49.288.114	43.179.278		43.121.533
Operações de crédito e outros créditos	594.754.777	488.024.608	556.953.867	475.469.738
Comercial	190.519.837	172.045.384	197.257.226	177.940.009
Habitação	339.838.641	270.392.302	311.713.400	259.412.788
Infraestrutura/desenvolvimento	56.481.914	36.837.628	40.068.856	29.367.647
Outros créditos	7.914.385	8.749.294	7.914.385	8.749.294
Captações de recursos	227.640.742	153.295.906	226.931.157	155.484.450
CDB/RDB	89.891.665	69.472.911	90.118.460	68.403.221
LCI LH	126.971.227	77.490.821	125.510.353	80.521.427
Obrigações por TVM no exterior	10.777.850	6.332.174	11.302.344	6.559.802
Captação em operações compromissadas	172.769.884	116.489.629		116.486.006
Obrigações p/ empréstimos e repasses e outras obrigações	180.008.939	141.593.461	130.600.029	113.389.821
Exterior	5.450.039	3.231.933	5.353.897	3.227.204
Tesouro	40.574	36.868	41.910	38.427
FGTS	145.033.444	132.732.425	108.353.417	102.947.269
BNDES	28.239.713	4.404.660	15.799.197	6.107.360
Depósitos com remuneração	1.245.169	1.187.575	1.051.608	1.069.561
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	20.177.206	11.922.079		9.332.416

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Hierarquia do Fair Value

O IFRS 7 especifica uma hierarquia de técnicas de avaliação com base no critério utilização de dados observáveis ou não observáveis.

Dados observáveis refletem informações obtidas no mercado via fontes independentes e os dados não observáveis refletem as premissas de mercado utilizadas pela Instituição.

Estes dois tipos de dados criaram a seguinte hierarquia de valor justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) nos mercados de ativos para ativos e passivos idênticos. Este nível inclui títulos listados e instrumentos de dívida em negociação na bolsa de valores, mercadorias e futuros, por exemplo.

Nível 2 – outros dados observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivada de preços), exceto os do nível 1, incluindo a maioria dos contratos de balcão de derivativos, empréstimos negociados e emissão de dívida estruturada.

Nível 3 – dados para mensurar o ativo ou passivo que não se baseiam em informações de mercado observáveis (dados não observáveis). Este nível inclui instrumentos de patrimônio e dívida composto significativamente por dados não observáveis.

No Nível 1, o preço de títulos de renda fixa é determinado pela média dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios no dia da apuração. Para as ações listadas em bolsa e para derivativos padronizados o preço de mercado corresponde ao preço de fechamento no dia.

Na inexistência de divulgação de negociações em mercado, consideram-se os preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas por entidades de mercado confiáveis e representativas, tais como ANBIMA. Tal situação se enquadra na hierarquia de valor do Nível 2.

Quando as técnicas de avaliação não se enquadram nos Níveis 1 e 2, o valor justo é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

A estrutura a termo será composta pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do spread entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma curva da BM&F com características semelhantes, ou ainda, será utilizada a curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

Esta hierarquia requer o uso de dados de mercado observáveis, quando disponível.

A CAIXA considera os preços de mercado relevantes e observáveis em suas mensurações, sempre que possível.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Ativos mensurados ao valor justo por nível de hierarquia

Em 2014:

Ativos mensurados ao valor justo	Níveis de valor justo (R\$ milhões)		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Títulos públicos	-	100.665	-
Títulos privados	926	1.013	-
Total 1	926	101.678	-
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Títulos públicos	-	16	-
Títulos privados	7.417	8.232	744
Total 2	7.417	8.248	744
Total	8.343	109.926	744

Em 2013:

Ativos mensurados ao valor justo	Níveis de valor justo (R\$ milhões)		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	-	-
Títulos públicos	-	102.505	-
Títulos privados	26	17	-
Total 1	26	102.522	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-
Títulos públicos	-	15	-
Títulos privados	8.504	9.383	33
Total 2	8.504	9.398	33
Total	8.530	111.920	33

(iv) Análise de sensibilidade das posições relevantes

A análise de sensibilidade é realizada de acordo com a Instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, e permite verificar o impacto de variações nas taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

As análises para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração incluíram todas as operações com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de sensibilidade das posições relevantes - Instrução CVM nº 475				
Instrumentos financeiros – 31/12/ 2014				
Descrição	Risco	Cenário provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(231.133)	(5.075.626)	(9.722.594)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(11.458)	(291.412)	(583.391)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(870.031)	(19.839.480)	(36.276.155)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(2.010)	(51.141)	(104.233)

(h) Gestão de capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) encontram-se implementados na CAIXA em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, com a Circular BACEN nº 3.547/11 e a Carta-Circular BACEN nº 3.685/14.

A CAIXA adota melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de suas estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza de suas operações, a complexidade de produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Através desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o seu consumo de capital.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Exigência de capital regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar:

Cálculo da exigência de capital regulamentar		
Descrição	31/12/2014 (1)	31/12/2013 (2)
Patrimônio de referência - PR	79.402.212	71.440.993
Nível I	59.237.192	59.518.914
Capital principal - CP	59.237.192	34.437.984
Patrimônio líquido	26.222.765	27.373.363
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	35.867.958	8.000.000
Ajustes prudenciais	(2.853.531)	(935.379)
Capital complementar - CC	-	25.080.930
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	25.080.930
Nível II	20.165.020	11.922.079
Instrumentos de dívida subordinada autorizados conforme Resoluções CMN nºs 3.444/2007 e 4.192/2013	18.554.433	11.922.079
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	1.370.226	-
Ajuste ao valor de mercado	244.051	-
Ativos ponderados pelo risco - RWA	493.956.341	472.075.444
Risco de crédito - RWA_{CPAD}	470.702.401	450.874.561
Risco de mercado – carteira de negociação - RWA_{MPAD}	2.986.701	1.447.893
Taxa de juros – RWA_{JUR}	1.985.813	1.447.893
Commodities – RWA_{COM}	-	-
Ações – RWA_{ACS}	-	-
Câmbio – RWA_{CAM}	1.000.888	-
Risco operacional - RWA_{OPAD}	20.267.239	19.752.990
Patrimônio de referência mínimo requerido ($RWA \cdot 0,11$) - PRMR	54.335.198	51.928.299
Risco de mercado – carteira de não negociação - R_{BAN}	6.561.083	3.923.466
Margem de capital ($PR - PRMR - R_{BAN}$)	18.505.932	15.589.228
Índice de capital principal (CP / RWA)	11,99%	7,30%
Índice de capital nível I ($Nível I / RWA$)	11,99%	12,61%
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,07%	15,13%

(1) Regras de basileia III, vigentes a partir de OUT/13. Valores do patrimônio de referência e dos requerimentos mínimos de capital apurados conforme as resoluções CMN nºs 4.192/2013 e 4.193/2013, respectivamente, e demais normas vinculadas.

(2) Regras de basileia II, vigentes até SET/13. Valores do patrimônio de referência e dos requerimentos mínimos de capital apurados conforme as resoluções CMN nºs 3.444/2007 e 3.490/2007, respectivamente, e demais normas vinculadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Basileia III

O Comitê de Basileia publicou em junho de 2011 a revisão do documento *Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems* (publicado originalmente em dezembro de 2010) como resposta à necessidade de regulação internacional diante da crise financeira e bancária de 2008.

Em linha com a norma do comitê de basileia, o Banco Central do Brasil divulgou, em 1º de março de 2013, as resoluções do conselho monetário nacional nº. 4.192 e 4.193, que normatizam no Brasil as recomendações do comitê de supervisão bancária de basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, introduzindo novos conceitos ao patrimônio de referência, bem como determinando os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para risco de crédito, de mercado e operacional.

As novas regras constituem um conjunto de recomendações de melhores práticas que buscam aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras absorverem perdas, fortalecendo a estabilidade financeira e a promoção do crescimento econômico sustentável. A vigência das resoluções supracitadas iniciou-se em 1º de outubro de 2013 com determinação de cronograma visando a implementação total dos indicadores até 1º de janeiro de 2019.

Nas regras de basileia III, a estrutura do PR sofreu modificações. O PR continua correspondendo à soma do nível I e do nível II, contudo, o nível I é segmentado em capital principal e capital complementar, havendo adição de indicadores a serem observados, além do índice de basileia.

$$PR = \text{NívelII} + \text{NívelIII}$$



$$PR = \text{Capital Pr incipal} + \text{CapitalCom plementar} + \text{NívelIII}$$

O capital nível I é considerado um capital de melhor qualidade, capaz de absorver perdas durante o funcionamento da instituição, enquanto que o nível II corresponde ao capital com capacidade de absorção após constatada a inviabilidade da instituição.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 37 – Análise de vencimento de ativos e passivos

(a) Detalhamento dos ativos

Ativos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado / Provisões	31/12/2014
Disponibilidades e reservas no BACEN	106.588.108	83.229	-	-	-	106.671.337
Ativos financeiros ao valor justo	19.596	13.246.709	23.020.989	67.844.090	(1.527.810)	102.603.574
Ativos financeiros mantidos para negociação	19.596	13.197.754	22.885.935	67.122.461	(1.527.810)	101.697.936
Derivativos	-	48.955	135.054	721.629	-	905.638
Empréstimos e recebíveis com inst. financeiras	-	114.067.123	19.159.393	684.730	-	133.911.246
Empréstimos e recebíveis com clientes	-	54.632.724	95.768.454	461.077.676	(17.940.391)	593.538.463
Outros empréstimos e recebíveis	-	-	-	25.145.776	-	25.145.776
Ativos financeiros disponíveis p/ venda	9.874.037	143.451	117.981	8.089.485	(1.815.677)	16.409.277
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	5.939.925	4.340.261	39.007.928	-	49.288.114
Invest. em colig. e empr. controlados em conjunto	4.084.756	-	-	-	-	4.084.756
Ativo intangível	3.146.447	-	-	-	-	3.146.447
Ativo imobilizado	3.754.040	-	-	-	-	3.754.040
Outros ativos	-	-	8.061.862	-	-	8.061.862
Ativos não correntes mantidos p/ venda	1.477.004	-	-	-	-	1.477.004
Ativo fiscal diferido	-	-	-	20.696.129	-	20.696.129
Disp. antecipadas e adiantamentos concedidos	-	-	-	3.251.389	-	3.251.389
Total de ativos	128.943.988	188.113.161	150.468.940	625.797.203	(21.283.878)	1.072.039.414

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado / Provisões	31/12/2013
Disponibilidades e reservas no BACEN	97.668.927	73.327	-	-	-	97.742.254
Ativos financeiros ao valor justo	25.569	25.243.992	30.368.642	48.683.531	(1.773.907)	102.547.827
Ativos financeiros mantidos para negociação	25.569	22.188.091	29.866.031	48.436.158	(1.774.055)	98.741.794
Derivativos	-	249	12.695	247.373	-	260.317
Designados ao valor justo	-	3.055.652	489.916	-	148	3.545.716
Empréstimos e recebíveis com inst. financeiras	-	41.999.321	14.195.614	2.422.528	-	58.617.463
Empréstimos e recebíveis com clientes	-	42.374.739	82.316.263	373.359.761	(12.624.946)	485.425.817
Outros empréstimos e recebíveis	-	-	-	20.797.571	-	20.797.571
Ativos financeiros disponíveis p/ venda	9.158.853	58.959	320.913	8.695.166	(298.627)	17.935.264
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	599.814	574.778	42.004.686	-	43.179.278
Invest. em colig. e empr. controlados em conjunto	3.116.921	-	-	-	-	3.116.921
Ativo intangível	2.533.984	-	-	-	-	2.533.984
Ativo imobilizado	3.026.321	-	-	-	-	3.026.321
Outros ativos	-	-	4.782.271	-	-	4.782.271
Ativos não correntes mantidos p/ venda	962.229	-	-	-	-	962.229
Ativo fiscal diferido	-	-	-	16.481.628	-	16.481.628
Desp. antecipadas e adiantamentos concedidos	-	-	-	8.290.434	-	8.290.434
Total de ativos	116.492.804	110.350.152	132.558.481	520.735.305	(14.697.480)	865.439.262

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Detalhamento dos passivos

Passivos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima 360 dias	31/12/2014
Depósitos de instituições financeiras	-	2.078.596	1.205.796	440.060	3.724.452
Depósitos de clientes	325.750.436	3.863.348	8.861.875	76.845.628	415.321.287
Depósitos à vista	26.953.389	-	-	-	26.953.389
Depósitos de poupança	236.836.068	-	-	-	236.836.068
Depósitos a prazo	53.484.592	3.863.348	8.861.875	76.845.628	143.055.443
Depósitos especiais	8.476.387	-	-	-	8.476.387
Recursos para destinação específica	-	1.483.765	22.312.482	-	23.796.247
Obrigações de operações com loterias	-	1.483.765	-	-	1.483.765
Obrigações por fundos e programas sociais	-	-	21.312.541	-	21.312.541
Obrigações p/ fundos financ. e de desenvolvimento	-	-	549.281	-	549.281
Recursos do FGTS para amortizações	-	-	450.660	-	450.660
Derivativos	-	92	7.775	45.866	53.733
Empréstimos de tít. e op. Compromissadas	-	172.769.884	-	-	172.769.884
Instrumentos de dívida	-	10.185.872	35.557.987	93.507.747	139.251.606
Recursos de letras imobiliárias	-	10.185.872	35.557.987	81.227.368	126.971.227
Remuneração de IHCD a pagar	-	-	-	1.502.529	1.502.529
Obrigações por TVM no exterior	-	-	-	10.777.850	10.777.850
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	182.881.637	182.881.637
Provisões para fundos de pensão e obrigações similares	-	-	2.789.963	11.665.077	14.455.040
Provisões para causas judiciais	5.575.803	-	-	-	5.575.803
Provisão para riscos fiscais	163.964	-	-	-	163.964
Provisão para contingências cíveis	2.575.029	-	-	-	2.575.029
Provisão para contingências trabalhistas	2.836.810	-	-	-	2.836.810
Passivo fiscal diferido	-	-	-	1.079.065	1.079.065
Outras obrigações	-	-	-	35.058.512	35.058.512
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	20.177.206	-	-	-	20.177.206
Total de Passivos	351.503.445	190.381.557	70.735.878	401.523.592	1.014.144.472

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima 360 dias	31/12/2013
Depósitos de instituições financeiras	-	85.174	2.141.199	168.091	2.394.464
Depósitos de clientes	289.245.599	3.938.282	8.564.083	56.627.325	358.375.289
Depósitos à vista	25.130.068	-	-	-	25.130.068
Depósitos de poupança	209.573.848	-	-	-	209.573.848
Depósitos a prazo	44.386.556	3.938.282	8.564.083	56.627.325	113.516.246
Depósitos especiais	10.155.127	-	-	-	10.155.127
Recursos para destinação específica	-	1.310.495	19.095.547	-	20.406.042-
Obrigações de operações com loterias	-	1.310.495	-	-	1.310.495
Obrigações por fundos e programas sociais	-	-	18.523.163	-	18.523.163
Obrigações p/ fundos financ. e de desenvolvimento	-	-	273.446	-	273.446
Recursos do FGTS para amortizações	-	-	298.938	-	298.938
Derivativos	-	185	239	88.792	89.216
Empréstimos de tít. e op. compromissadas	-	116.489.629	-	-	116.489.629
Instrumentos de dívida	-	5.964.144	31.298.931	46.559.920	83.822.995
Recursos de letras imobiliárias	-	5.964.144	31.298.931	40.227.746	77.490.821
Remuneração de IHCD a pagar	-	-	-	-	-
Obrigações por TVM no exterior	-	-	-	6.332.174	6.332.174
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	161.554.112	161.554.112
Provisões para fundos de pensão e obrigações similares	-	-	2.488.903	7.218.765	9.707.668
Provisões para causas judiciais	6.036.225	-	-	-	6.036.225
Provisão para riscos fiscais	254.259	-	-	-	254.259
Provisão para contingências cíveis	2.642.634	-	-	-	2.642.634
Provisão para contingências trabalhistas	3.139.332	-	-	-	3.139.332
Passivo fiscal diferido	-	-	-	1.295.104	1.295.104
Outras obrigações	-	-	-	32.881.564	32.881.564
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	11.922.079	-	-	-	11.922.079
Total de passivos	307.203.903	127.787.909	63.588.902	306.393.673	804.974.387

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Análise de vencimentos (líquida)

Em 2014:

Saldos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado / Provisões	31 de dezembro
Total de ativos	128.943.988	188.113.161	150.468.940	625.797.203	(21.283.878)	1.072.039.414
Total de passivos	351.503.444	190.381.557	70.735.878	401.523.593	-	1.014.144.472
Líquido (ativo – passivo)	(222.559.456)	(2.268.396)	79.733.062	224.273.610	(21.283.878)	57.894.942

Em 2013:

Saldos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Ajuste ao valor de mercado / Provisões	31 de dezembro
Total de ativos (Nota 2.20)	116.492.804	110.350.152	132.558.481	520.735.305	(14.697.480)	865.439.262
Total de passivos (Nota 2.20)	307.203.903	127.787.909	63.588.902	306.393.673	-	804.974.387
Líquido (ativo – passivo)	(190.711.099)	(17.437.757)	68.969.579	214.341.632	(14.697.480)	60.464.875

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Detalhamento dos títulos e valores mobiliários**(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Em 2014:

Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de mercado
Ativos financeiros mantidos para negociação	19.596	13.195.866	22.777.180	65.705.294	103.225.746	101.697.936
Títulos públicos Brasil	-	13.179.625	22.777.180	64.708.370	102.237.348	100.665.175
Letras financeiras do tesouro	-	5.034	7.028	326.860	338.741	338.922
Letras do tesouro nacional	-	12.964.921	22.770.152	61.993.765	99.292.197	97.728.838
Notas do tesouro nacional	-	209.670	-	2.387.745	2.606.410	2.597.415
Títulos privados	19.596	16.241	-	996.924	988.398	1.032.761
Debêntures	-	16.241	-	995.146	967.040	1.011.387
Cotas de fundos	19.596	-	-	-	19.596	19.596
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	1.778	1.762	1.778
Derivativos (ativo)	-	48.955	135.054	721.629	905.638	905.638
Derivativos (passivo)	-	92	7.775	45.866	53.733	53.733
TVM e derivativos (ativo)	19.596	13.244.821	22.912.234	66.426.923	104.131.384	102.603.574
TVM e derivativos (passivo)	-	92	7.775	45.866	53.733	53.733

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2013:

Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de mercado
Ativos financeiros mantidos para negociação	25.569	22.188.091	29.866.031	46.662.103	100.515.845	98.741.794
Títulos públicos Brasil	-	22.188.091	29.866.031	46.644.824	100.473.254	98.698.946
Letras financeiras do tesouro	-	1.604.504	10.317	10.879	1.625.709	1.625.700
Letras do tesouro nacional	-	16.890.388	29.855.714	46.624.419	95.143.030	93.370.521
Notas do tesouro nacional	-	3.693.199	-	9.526	3.704.515	3.702.725
Títulos privados	25.569	-	-	17.279	42.591	42.848
Debêntures	-	-	-	14.578	14.361	14.578
Cotas de fundos	25.569	-	-	-	25.569	25.569
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	2.701	2.661	2.701
Designados ao valor justo	-	3.545.716	-	-	3.545.568	3.545.716
Títulos públicos Brasil	-	3.545.716	-	-	3.545.568	3.545.716
Letras financeiras do tesouro	-	3.545.716	-	-	3.545.568	3.545.716
Derivativos (ativo)	-	249	12.695	247.373	260.317	260.317
Derivativos (passivo)	-	89.216	-	-	89.216	89.216
TVM e derivativos (ativo)	25.569	25.734.056	29.878.726	46.909.476	104.321.730	102.547.827
TVM e derivativos (passivo)	-	89.216	-	-	89.216	89.216

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 2014:

Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de mercado
Títulos públicos Brasil	-	-	-	16.029	16.976	16.029
Notas do tesouro nacional	-	-	-	7.283	4.886	7.283
Títulos CVS	-	-	-	8.746	12.090	8.746
Títulos privados	8.160.617	143.487	117.930	7.971.214	18.207.979	16.393.248
Letras de crédito imobiliário	-	89.651	34.927	134.520	259.069	259.098
Letras financeiras	-	53.836	83.003	82.235	219.038	219.074
Ações	7.416.544	-	-	-	9.295.217	7.416.544
Debêntures	-	-	-	6.890.986	6.906.485	6.890.986
Cotas de fundos	744.073	-	-	-	744.073	744.073
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	863.473	784.097	863.473
Total	8.160.617	143.487	117.930	7.987.243	18.224.955	16.409.277

Em 2013:

Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de mercado
Títulos públicos Brasil	-	-	-	17.242	19.064	17.242
Notas do tesouro nacional	-	-	-	6.921	4.728	6.921
Títulos CVS	-	-	-	10.321	14.336	10.321
Títulos Privados	9.533.096	58.959	320.913	8.005.054	18.214.827	17.918.022
Letras de crédito imobiliário	-	-	197.384	384.546	582.007	581.930
Letras financeiras	-	-	89.474	122.229	211.709	211.703
Ações	9.126.142	-	-	-	9.385.995	9.126.142
Debêntures	-	58.959	34.055	6.848.219	7.009.647	6.941.233
Cotas de fundos	406.954	-	-	-	406.954	406.954
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	650.060	618.515	650.060
Total	9.533.096	58.959	320.913	8.022.296	18.233.891	17.935.264

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Em 2014:

Ativos mantidos até o vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de mercado
Títulos públicos Brasil	5.939.925	4.340.261	38.864.400	49.144.586	49.159.865
Letras do tesouro nacional	5.939.925	-	8.336.716	14.276.641	14.152.869
Notas do tesouro nacional	-	4.340.261	30.527.684	34.867.945	35.006.996
Títulos privados	-	-	143.528	143.528	142.016
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	143.528	143.528	142.016
Total	5.939.925	4.340.261	39.007.928	49.288.114	49.301.881

Em 2013:

Ativos mantidos até o vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	> 360 dias	Custo	Valor de mercado
Títulos públicos Brasil	599.814	574.778	41.608.507	42.783.099	42.230.586
Letras do tesouro nacional	599.814	-	9.451.279	10.051.093	10.051.601
Notas do tesouro nacional	-	574.778	32.157.228	32.732.006	32.178.985
Títulos privados	-	-	396.179	396.179	396.179
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	396.179	396.179	396.179
Total	599.814	574.778	42.004.686	43.179.278	42.626.765

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 38 – Partes relacionadas

(a) Entidade Controladora

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

(b) Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	Relacionamento
Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR (1)	Controlada Direta
CAIXA Seguros Holding S.A. (2)	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Banco PAN S.A.	
Capgemini S.A.	
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

- (1) Transações realizadas com essa subsidiária integral são evidenciadas, por meio das eliminações, quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA, tendo em vista tratar-se da única entidade objeto de consolidação integral.
- (2) Constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros é composta pelas entidades CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A..

(c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

Com relação às transações realizadas com o Tesouro Nacional e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por essa parte, a CAIXA optou pela isenção parcial a que se refere o item 26 do Pronunciamento Técnico CPC 05, apresentando os saldos das transações mais significativas. Basicamente, essas transações referem-se a concessão de empréstimos e financiamentos, prestação de serviços bancários de pagamento e/ou arrecadação e manutenção de contas de depósitos.

A CAIXA, além disso, mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento. Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros. Com a Capgemini, a Caixa mantém contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio. A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os quadros a seguir apresentam os saldos patrimoniais e de resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	31/12/2014			31/12/2013
	Controladora	Controladas em Conjunto	Outras Entidades	
ATIVO:	4.769.619	16.127.456	-	14.860.421
Aplicações em dep. interfinanceiros:	-	5.854.505	-	4.977.657
Banco PAN	-	5.854.505	-	4.977.657
Rendas a receber:	3.115.340	28.108	-	2.301.599
STN – Tesouro Nacional	3.115.340	-	-	2.301.257
Caixa Seguros Holding S.A.	-	28.108	-	342
Operações de Crédito:	902.094	-	-	-
STN – Tesouro Nacional	902.094	-	-	-
Créditos adquiridos:	-	10.244.843	-	7.581.165
Banco PAN	-	10.244.843	-	7.581.165
Outros Créditos:	752.185	-	-	-
STN – Tesouro Nacional	752.185	-	-	-
PASSIVO:	224.674	75.525	1.562	242.269
Depósitos:	181.221	10.951	1.562	171.758
STN – Tesouro Nacional	181.221	-	-	158.625
Caixa Seguros Holding S.A.	-	10.951	-	11.680
FUNCEF	-	-	1.562	1.453
Repasses do país - instituições oficiais	2.879	-	-	-
STN - Tesouro Nacional	2.879	-	-	-
Obrigações diversas:	40.574	64.574	-	70.511
STN – Tesouro Nacional	40.574	-	-	36.867
Capgemini S.A.	-	64.574	-	33.644

Descrição	2014			2013
	Exercício			Exercício
	Controladora	Controladas em Conjunto	Outras Entidades	
RECEITAS:	156.225	1.167.966	-	1.000.174
Rendas de dep. interfinanceiros:	-	600.894	-	296.663
Banco PAN	-	600.894	-	296.663
Rendas de prestação de serviços:	89.781	567.072	-	654.912
STN – Tesouro Nacional	89.781	-	-	82.234
Caixa Seguros Holding S.A.	-	567.072	-	572.678
Outras receitas operacionais:	66.444	-	-	48.599
STN – Tesouro Nacional	66.444	-	-	48.599
DESPESAS:	(4.113)	(221.654)	(63.836)	(276.942)
Despesas administrativas – aluguéis:	-	-	(63.836)	(64.641)
FUNCEF	-	-	(63.836)	(64.641)
Outras despesas operacionais:	(4.113)	(221.654)	-	(212.301)
STN – Tesouro Nacional	(4.113)	-	-	(3.010)
Caixa Seguros Holding S.A.	-	-	-	-
Capgemini S.A.	-	(221.654)	-	(209.291)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2014	2013
	Exercício	Exercício
Benefícios de curto prazo	29.473	20.148
Proventos	22.342	14.858
Encargos Sociais	7.131	5.290

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Nota 39 – Outras informações**(a) Administração de entidades sociais**

PL de Fundos/Programas Sociais administrados		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
PIS (2)	28.674.573	28.415.317
FGTS (1)	75.023.898	62.978.979
FAR (1)	30.779.021	18.316.041
FDS (1)	1.143.187	1.190.819
FAS (1)	27.987	24.495
FGS(1)	269.910	137.246
FGHAB (1)	1.788.550	1.364.939
CCA (1)	63.776	45.725
CCAM (1)	28	21
FGCN (1)	4.755.903	3.941.813
FCE(1)	4	98
Total	142.526.837	116.415.493
FCVS (1)	(97.974.486)	(90.620.246)

(1) Posição em 31/12/2014 PL de novembro de 2014

(2) Posição em 31/12/2014 PL de dezembro de 2014

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (31/12/2013 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. Em consonância com o que estabelece a estrutura de gerenciamento de risco da CAIXA, não há necessidade de provisionamento para fazer frente a esse risco de crédito.

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 186.651 (31/12/2013 – R\$ 167.717).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Miriam Aparecida Belchior
Presidenta

Antonio Carlos Ferreira
Vice-presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

José Carlos Medaglia Filho
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Rauelison da Silva Muniz dos Santos
Vice-presidente em exercício
Portaria Presi nº 482/2015

Roberto Derzie de Santanna
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Teotônio Costa Rezende
Vice-presidente interino
Portaria Presi nº 072/2015

Marcos Brasiliano Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF